

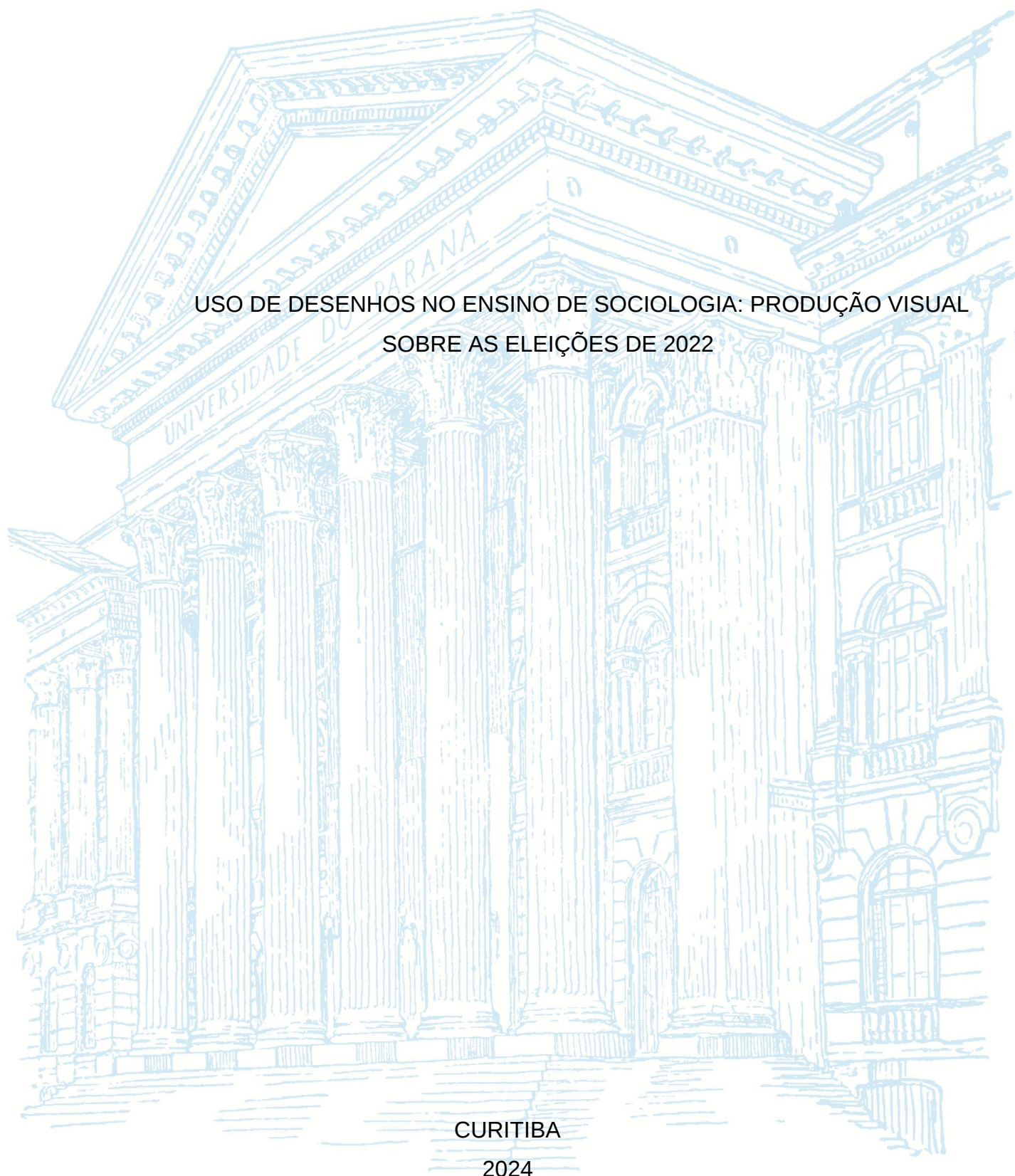
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLOS EDUARDO FAVORETTO

USO DE DESENHOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: PRODUÇÃO VISUAL
SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2022

CURITIBA

2024



CARLOS EDUARDO FAVORETTO

USO DE DESENHOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: PRODUÇÃO VISUAL
SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2022

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Rede do Mestrado Profissional de Sociologia, Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fagner Carniel

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Favoretto, Carlos Eduardo

Uso de desenhos no ensino de sociologia : produção visual sobre as eleições de 2022. / Carlos Eduardo Favoretto. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional.

Orientador: Prof. Dr. Fagner Carniel

1. Presidentes - Brasil - Eleições, 1922. 2. Sociologia – estudo e ensino. 3. Desenho. 4. Ciência Política. I. Carniel, Fagner, 1982-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CARLOS EDUARDO FAVORETTO** intitulada: **USO DE DESENHOS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: PRODUÇÃO VISUAL SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2022**, sob orientação do Prof. Dr. FAGNER CARNIEL, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 30 de Agosto de 2024.

Assinatura Eletrônica

30/08/2024 17:01:37.0

FAGNER CARNIEL

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/09/2024 11:54:52.0

LUIZ BELMIRO TEIXEIRA

Avaliador Interno (INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/09/2024 14:06:42.0

RENATA SCHLUMBERGER SCHEVISBISKI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Ao meu pai João Evaristo Favoretto (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À Universidade Federal do Paraná.

À minha mãe, exemplo de superação.

À Janaina, João e Maria, minha família que tanto amo.

Aos meus irmãos e irmãs, e neles todos da grande família Favoretto.

Aos meus amigos e amigas, especialmente aos que caminham junto comigo na minha turma do ProfSocio.

À professora Dr^a Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski, coordenadora do ProfSocio, ao Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade, vice-coordenador, e à Luciane Fernandes, secretária do programa.

A todos os professores e professoras do ProfSocio.

Ao meu professor e amigo Dr. Luiz Belmiro.

Ao meu orientador e amigo Dr. Fagner Carniel.

À professora de arte e minha amiga Lala, por me emprestar suas aulas para que eu pudesse realizar a intervenção.

À corajosa e incansável equipe pedagógica do Colégio Paulo Leminski.

À batalhadora equipe diretiva do Colégio Paulo Leminski.

A toda equipe de professores, professoras, funcionários e funcionárias do Colégio Paulo Leminski.

Aos meus queridos e estimados alunos e alunas do Colégio Paulo Leminski, pois todo este trabalho só foi possível porque aceitaram estar junto comigo.

Contranarciso

em mim
eu vejo o outro
e outro
e outro
enfim dezenas
trens passando
vagões cheios de gente
centenas
o outro
que há em mim
é você
você
e você
assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
e só quando
estamos em nós
estamos em paz
mesmo que estejamos a sós.
(LEMINSKI, 2013, p.12)

RESUMO

O presente trabalho pretende identificar e compreender qual é a percepção que os estudantes do terceiro ano do ensino médio regular do Colégio Estadual Paulo Leminski têm sobre as eleições presidenciais de 2022. O trabalho foi realizado na forma de intervenção pedagógica em minhas aulas de Sociologia durante o período de propaganda eleitoral, que ocorreu de 16 de agosto até o dia 29 de outubro. O conteúdo da disciplina para o terceiro ano é voltado para a Ciência Política, abordando temas como Política, Ideologia e Poder. A intenção desta intervenção é propor aos estudantes que produzam imagens/desenhos em determinados momentos do período eleitoral, baseando-se no próprio processo eleitoral. A execução do trabalho foi dividida em três partes: 'lado de fora', 'lado de dentro' e 'lado a lado'. As pesquisas, os textos trabalhados em sala, as discussões e reflexões sobre o processo eleitoral, e os momentos de produção dos desenhos serviram para chamar a atenção dos estudantes sobre seus anseios, suas perspectivas e seus pensamentos em relação às eleições. A partir dessas reflexões, podemos observar como o estudante se posiciona e marca seu lugar no que se refere à política e ao pleito eleitoral. Entre os recursos didáticos que serão utilizados para esta intervenção estão o Livro Didático de Sociologia, o material disponibilizado pela SEED/PR (Secretaria de Educação do Estado do Paraná) no planejamento de aulas de Sociologia, o conhecimento produzido nas aulas do ProfSocio, além de textos e vídeos de Sociologia sobre Política, Democracia e Eleições, bem como o próprio material e as imagens das campanhas eleitorais que estavam espalhadas pelas mídias e plataformas digitais.

Palavras-chave: Intervenção pedagógica. Política. Eleições. Estudantes. ProfSocio.

ABSTRACT

This study aims to identify and understand the perception that third-year high school students from Colégio Estadual Paulo Leminski have regarding the 2022 presidential elections. The work was carried out as a pedagogical intervention in my Sociology classes during the electoral campaign period, which took place from August 16th until October 29th. The curriculum content for the third year focuses on Political Science, covering topics such as Politics, Ideology, and Power. The intention of this intervention is to encourage students to produce images/drawings at certain moments during the electoral period, based on the electoral process itself. The work was divided into three parts: 'outside view,' 'inside view,' and 'side by side.' The research, the texts worked on in class, the discussions and reflections on the electoral process, and the moments of drawing production served to draw students' attention to their anxieties, perspectives, and thoughts regarding the elections. From these reflections, we can observe how the students position themselves and define their stance concerning politics and the electoral process. The educational resources to be used for this intervention include the Sociology Textbook, the materials provided by SEED/PR (Secretariat of Education of the State of Paraná) in the Sociology lesson plans, the knowledge produced in the ProfSocio classes, as well as Sociology texts and videos on Politics, Democracy, and Elections, in addition to the campaign materials and images spread across digital media and platforms.

Keywords: Pedagogical intervention. Politics. Elections. Students. ProfSocio.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – POWER BI E O CONTROLE DE DADOS ESCOLARES.....	27
FIGURA 2 – LRCO: LIVRO DE REGISTROS DE CLASSE ON-LINE.....	27
FIGURA 3 – LINHA DO TEMPO DA ATIVIDADE.....	44
FIGURA 4 – IMAGEM 01.....	49
FIGURA 5 – IMAGEM 02.....	50
FIGURA 6 – IMAGEM 03.....	51
FIGURA 7 – IMAGEM 04.....	52
FIGURA 8 – IMAGEM 05.....	53
FIGURA 9 – IMAGEM 06.....	54
FIGURA 10 – IMAGEM 07.....	55
FIGURA 11 – IMAGEM 08.....	56
FIGURA 12 – IMAGEM 09.....	57
FIGURA 13 – IMAGEM 10.....	60
FIGURA 14 – IMAGEM 11.....	61
FIGURA 15 – IMAGEM 12.....	62
FIGURA 16 – IMAGEM 13.....	63
FIGURA 17 – IMAGEM 14.....	64
FIGURA 18 – IMAGEM 15.....	65
FIGURA 19 – IMAGEM 16.....	66
FIGURA 20 – IMAGEM 17.....	67
FIGURA 21 – IMAGEM 18.....	68
FIGURA 22 – IMAGEM 19.....	69
FIGURA 23 – IMAGEM 20.....	70
FIGURA 24 – IMAGEM 21.....	70
FIGURA 25 – IMAGEM 22.....	72
FIGURA 26 – IMAGEM 23.....	76
FIGURA 27 – REPORTAGEM TRAZIDA PELOS ALUNOS.....	77
FIGURA 28 – IMAGEM 24.....	79
FIGURA 29 – IMAGEM 25.....	84
FIGURA 30 – IMAGEM 26.....	85
FIGURA 31 – IMAGEM 27.....	86
FIGURA 32 – IMAGEM 28.....	87

FIGURA 33 – IMAGEM 29.....	88
FIGURA 34 – IMAGEM 30.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MORTES CAUSADAS PELO CORONAVÍRUS NO BRASIL	73
GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DO SEXO DAS EQUIPES	73

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PODER E POLÍTICA	34
QUADRO 2 – UNIDADE TEMÁTICA 6 - PODER, POLÍTICA, ESTADO E CIDADANIA	355
QUADRO 3 – CONTEÚDOS POR AULA.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AI-5	- Ato Institucional nº 5
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
CACs	- Caçadores, Atiradores e Colecionadores
DCE	- Diretrizes Curriculares de Estado
FDI	- Formação de Docentes Integrado
LRCO	- Livro de Registro de Classe Online
LRCO+Aulas	- Livro de Registro de Classe Online + Aulas propostas para o conteúdo
PNLD	- Programa Nacional do Livro Didático
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
ProfSocio	- Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional
SEED	- Secretaria de Estado de Educação
TEA	- Transtorno do Espectro Autista
TDAH	- Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 MEUS CONTEXTOS.....	21
2.1 A ESCOLA E O RETORNO PÓS PANDEMIA.....	21
2.2 VIGILÂNCIAS E PLATAFORMAS	3024
2.3 AS ELEIÇÕES.....	28
2.4 CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA.....	30
2.5 O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	32
2.6 A PRODUÇÃO	41
3 A INTERVENÇÃO E A PRODUÇÃO DOS DESENHOS	44
3.1 PRIMEIRO TURNO	47
3.2 SEGUNDO TURNO.....	58
4 O QUE APARECEU NOS DESENHOS	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO 1 – PLANO DE AULA.....	96

1 INTRODUÇÃO

Quando planejamos desenvolver qualquer atividade com alunos, precisamos ter a clara noção de que o caminho a percorrer com a atividade pode não ser sempre uma trajetória reta num clima sereno e calmo, como sugeria aquela antiga cartilha, um “caminho suave” em que muitos, eu inclusive, iniciaram a alfabetização. Quero dizer com isso que, por mais planejadas que sejam as atividades, e agora também me refiro a todas as práticas pedagógicas desenvolvidas dentro de uma sala de aula, elas são imprevisíveis. É necessário levar em consideração todos os atores sociais e as intencionalidades que fazem parte do contexto daquela prática pedagógica.

A professora Franco (2016) já apontava para essa perspectiva de que a prática pedagógica transcende o ato de simplesmente fazer uma atividade.

Quando se fala em prática pedagógica, refere-se a algo além da prática didática, envolvendo: as circunstâncias da formação, os espaços-tempos escolares, as opções da organização do trabalho docente, as parcerias e expectativas do docente. Ou seja, na prática docente estão presentes não só as técnicas didáticas utilizadas, mas, também, as perspectivas e expectativas profissionais, além dos processos de formação e dos impactos sociais e culturais do espaço docente, entre outros aspectos que conferem uma enorme complexidade a este momento da docência. O planejamento do ensino, por mais eficiente que seja, não poderá controlar a imensidão de aprendizagens possíveis que cercam um aluno. (FRANCO, 2016, p. 242)

Por esta ‘imensidão de aprendizagens possíveis’ é que a intervenção pedagógica que propus aos alunos de duas turmas do terceiro ano do Colégio Estadual Paulo Leminski, trilhou seu caminho. Ao longo deste o percurso é que fomos criando conhecimento sempre procurando atender nossa intenção, que era entendermos e representarmos, em um desenho, o período eleitoral de 2022. O que iria aparecer nestes desenhos? Ao que os alunos dariam atenção? Como eles se organizariam? O tempo da aula seria suficiente? Mas será que eles fariam uma atividade sobre política? Jovens gostam de política? Será que os estudantes compreendem o momento que estamos passando, de uma política extremamente polarizada? O estudante conseguiria registrar sua impressão política num desenho? Essas e outras tantas perguntas foram se fazendo ao longo do caminho, no qual o aluno não foi convidado apenas para fazer uma atividade, mas a pensar junto como seria seu desenvolvimento. Destacando assim o que escreve Franco (2016, p. 542)

sobre as práticas pedagógicas, “[...] elas são vivas, existenciais, interativas e impactantes, por natureza.”.

Num primeiro momento, tento descrever ao longo do trabalho como eram os contextos em que a atividade foi desenvolvida e seus efeitos nos alunos. Desenvolvemos nossa atividade no ano letivo de 2022, que foi impactado por duas situações de grande importância, não somente para o ambiente escolar, mas para todo o país: o retorno 100% presencial das atividades escolares, após um longo período de reclusão por causa da pandemia do coronavírus, e a disputa eleitoral para a presidência da República. Neste contexto, ao trabalhar com os estudantes do terceiro ano do ensino médio regular sobre Poder, Política e Estado, pensei em aproveitar o retorno presencial dos alunos, em um ano eleitoral, para refletirmos juntos sobre a política e como ela impacta nosso cotidiano.

Foi nesta fase de escolha do tema a ser trabalhado com os alunos e de definição de como se desenvolveria a intervenção que uma tensão, um certo clima de medo, se instaurou sobre a atividade. No período eleitoral, observávamos de maneira mais acentuada aquilo que, de certa forma, já havia ocorrido durante todo o governo bolsonarista: uma perseguição aos professores críticos às suas políticas de extrema direita. Alunos filmavam as aulas de seus professores e, posteriormente, alimentavam sites de apoiadores e políticos ligados ao bolsonarismo, formando os ‘bolso-lovers’, como descreveu Pinheiro-Machado (2019, p. 163).

Alguns de meus colegas professores relataram que evitariam entrar em assuntos polêmicos ou de natureza política para não correrem o risco de enfrentar um possível processo administrativo. No entanto, ao ouvir os estudantes, percebi que eles próprios apontaram a necessidade de discutir política em um ano eleitoral, mesmo que os assuntos gerassem polêmicas. Neste momento, percebi que, se não abordássemos o tema Política e Eleições na escola, os estudantes acabariam entrando em contato com ele em outros espaços, muitas vezes sem o rigor crítico e científico necessário. Assim, por que não falar sobre o assunto na escola e fornecer aos alunos meios para interpretar criticamente e de maneira autônoma seu contexto social e político? Neste sentido, um texto de Lahire (2014) foi fundamental para justificarmos nossa pretensão.

O medo que alguns experimentam diante da ideia de ver entrarem nos programas oficiais da disciplina temas “ideológicos” (controversos e polêmicos), ou simplesmente “sociais”, conduz paradoxalmente os alunos a ficarem desprovidos face a todos os provedores (produtores ou difusores) de ideologia, multiplicados ao longo das últimas décadas nas nossas sociedades fortemente escolarizadas. O papel dos especialistas da comunicação política (melhor, porém, seria falar de “manipulação política”) ou de marketing, do jornalismo, dos quase cientistas, dos retóricos mais ou menos hábeis, enfim, de todos os sofistas dos tempos modernos, não parou de crescer, e é crucial transmitir o mais racionalmente possível para o maior número de pessoas, os meios de decifrar e de contestar os discursos de ilusão sobre o mundo social. Erro de cálculo republicano que conduziria, por intuito de conservar uma pseudo-neutralidade escolar, a querer fora das paredes da escola os “problemas” ou “fatos” sociais e ideológicos que se colocam e se impõem. Por que não ensinar as ferramentas e as maneiras de pensar que as ciências sociais constituíram de maneira eficaz há mais de cem anos, ao invés de deixar os futuros cidadãos construírem (ou não) seus saberes sobre o mundo social, no seio de suas estruturas familiares ou nos quadros tradicionais da socialização (ensino religioso, socialização política e sindical, etc.)? (LAHIRE, 2014, p. 52).

Foi com essa coragem que partimos para buscar nossos objetivos: identificar e compreender a percepção dos estudantes do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Paulo Leminski sobre o período eleitoral de 2022. Para isso, era necessário verificar se os estudantes compreenderiam os conceitos da Ciência Política — Poder, Política e Estado — que foram abordados em sala de aula. Também precisávamos observar se eles estabeleciam as inter-relações entre esses conteúdos e seu cotidiano, além de perceber se compreendiam que a política e as relações de poder interferem em todas as esferas da vida social.

Num segundo momento do trabalho, partimos para justificar, dentro da proposta de ensino do Estado e dos conteúdos previstos para a disciplina, a importância e a necessidade de realizarmos a intervenção pedagógica. Nesse propósito, busco demonstrar que, conforme a proposta da SEED (Secretaria de Estado de Educação) do Paraná, nas Diretrizes de Sociologia; na organização interna do Colégio Estadual Paulo Leminski, exposta no PPP e no PPC da disciplina de Sociologia; e mais recentemente no Referencial Curricular do Novo Ensino Médio do Paraná, o conteúdo do terceiro ano é todo voltado para discussões sobre Política, Cidadania, Democracia, formas de Estado, Partidos Políticos e Movimentos Sociais. Um dos objetivos presentes na DCE de Sociologia é que os estudantes “analisem criticamente os processos que estabelecem as relações de poder presentes nas sociedades”.(Diretrizes Curriculares do Estado, 2008, p.110). No referencial para o

Novo Ensino Médio, que incorpora o que está exposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o aluno deverá desenvolver a seguinte competência:

(EM13CHS602) identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania. (BNCC, 2017, p.545).

Nesta perspectiva, o tema se justifica por fazer parte do conteúdo proposto. No entanto, a intenção da proposta é tornar o tema mais prático, permitindo que o estudante perceba a relação do conteúdo com sua realidade social e se reconheça como uma parte importante no direcionamento político de seu bairro, de sua cidade e de seu país. O objetivo é que o estudante do terceiro ano do Colégio Estadual Paulo Leminski se identifique e se constitua como um cidadão pleno, conhecendo seus direitos, deveres e os cuidados necessários com a democracia.

Avançando no trabalho, entramos na fase de produção dos desenhos sobre o período eleitoral. Essa fase, dividida em três partes, envolveu os alunos reunindo o que haviam observado e pesquisado sobre os candidatos (lado de fora), com o conhecimento adquirido em sala de aula (lado de dentro), para então produzir os desenhos (lado a lado). Neste momento, confiamos na autonomia dos estudantes e no que cada um, à sua maneira, havia aprendido. Era o momento da liberdade criativa, permitindo que os alunos fossem livres para criar seus desenhos.

Nesta fase, os estudantes estão literalmente com a mão na massa, envolvidos com a problemática levantada, colaborando na pesquisa e engajados em realizar uma atividade que surgiu a partir de um problema prático de sua realidade social, trabalhando em equipe e exigindo colaboração mútua. Dentro dessa dinâmica, podemos afirmar que a forma de pesquisa utilizada é a Pesquisa-Ação. Observamos que o fio condutor do trabalho é o pensamento crítico sobre nossas práticas. A ação dessa atividade serve, em um primeiro momento, para que o aluno faça uma pausa e reflita sobre sua prática como cidadão, como eleitor e, em certa medida, como responsável pelos rumos da política e da democracia em nosso país. Em outro momento, serve para que eu reflita sobre minha prática docente, considerando o que devo fazer e como fazer para transformar e melhorar meu

trabalho, aproximando-me mais da realidade social e, a partir dela, construir um diálogo mais efetivo com os estudantes.

O planejamento da pesquisa-ação difere significativamente dos outros tipos de pesquisa já considerados. Não apenas em virtude de sua flexibilidade, mas, sobretudo, porque, além dos aspectos referentes à pesquisa propriamente dita, envolve também a ação dos pesquisadores e dos grupos interessados, o que ocorre nos mais diversos momentos da pesquisa. (GIL, 2002, p.143)

Na sequência do desenvolvimento da intervenção, após a produção dos desenhos, passamos para a análise das imagens. O objetivo era identificar e entender o que os alunos trouxeram à tona ao discutirem política e as eleições de 2022, verificar as impressões que tinham dos candidatos e como pretendiam transmiti-las. As leituras e discussões realizadas em sala foram muito úteis nesta fase, assim como os trabalhos de Pinheiro-Machado (2019), Miguel (2022) e Teixeira e Da Silva (2022).

Por fim, nas considerações finais do trabalho, apontamos uma nova perspectiva que o desenvolvimento da intervenção nos trouxe: a produção de material de apoio didático a partir do trabalho dos estudantes. Dessa forma, o material elaborado por um grupo de estudantes pode ser utilizado por outros, com a intenção de colaborar no processo de aprendizagem. Para isso, o texto de Carniel (2020) foi essencial para situarmos nosso trabalho dentro da tendência de produção de material didático.

2 MEUS CONTEXTOS

2.1 A Escola e o retorno pós pandemia

Todo começo tem um lugar em que acontece. Meu lugar, meu começo e meu chão estão no Colégio Estadual Paulo Leminski desde 2006, quando assumi minha função de professor de Sociologia e, mais tarde, a de diretor auxiliar da instituição. O Colégio Estadual Paulo Leminski, desde sua inauguração em março de 1993, sempre foi considerado pela comunidade escolar uma instituição de referência para a região. Não somente pela qualidade do ensino ofertado, mas principalmente por sua história de valorização da formação cidadã e pela defesa constante de uma educação pública ativa, crítica e democrática. Desse modo, ao longo das últimas três décadas, o colégio se notabilizou pelo engajamento com a comunidade escolar e pelo reconhecimento de suas formas legítimas de participação na formação das futuras gerações. Com esse foco, inclusive, o curso de Formação de Docentes (Magistério) foi implantado em 2004, possibilitando a formação de professores e professoras para as séries iniciais da alfabetização. Cursos profissionalizantes pós-médio também foram abertos na última década a partir desses diálogos comunitários para a capacitação e profissionalização de trabalhadores e trabalhadoras de Curitiba e Região Metropolitana.

Um dos episódios recentes dessa trajetória de lutas construída pelo coletivo de educadores, estudantes e familiares que fazem parte da história do Colégio Estadual Paulo Leminski foi a adesão total à greve de 2015. Naquele momento, a comunidade escolar foi às ruas, no que ficou conhecido posteriormente como o “Massacre do Centro Cívico”¹. Outro momento em que as lutas coletivas se mostraram formativas e reengajaram a comunidade escolar em torno de sua história político-pedagógica foi a ocupação estudantil em 2016. Na ocasião, a participação ativa de estudantes, com apoio de familiares e profissionais da educação, culminou

¹ Em fevereiro de 2015 o então governador do Paraná, Beto Richa (PSDB) encaminhou para a Assembleia Legislativa dois projetos (PLC 16/2015 e 60/2015) que, entre outras medidas, acabariam com o fundo previdenciário dos servidores. Os professores, juntos com outras categorias, anunciaram greve e acamparam em frente a Assembleia num ato de repúdio aos projetos, mas no dia 29 de abril de 2015 a polícia militar confrontou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo, tiros e muita violência. Este dia ficou marcado na luta dos servidores como “Massacre do Centro Cívico”. Fonte: <https://appsindicato.org.br/jamais-esqueceremos-5-anos-do-massacre-do-centro-civico/> acessado em 24/01/2024.

em um amplo movimento de defesa dos direitos educacionais e de resistência à Medida Provisória que instituiu a Reforma do Ensino Médio².

Esse acúmulo de histórias e memórias de lutas e formas de organização política em defesa de uma experiência escolar radicalmente democrática, no entanto, foi seriamente afetado por tudo aquilo que se passou conosco durante e após a pandemia de covid-19. Atualmente, o colégio conta com 160 professores e funcionários e 2.728 estudantes, distribuídos no ensino fundamental, ensino médio e educação profissional. Grande parte desta comunidade escolar, além de Curitiba, é composta por famílias que residem nas cidades próximas, como Pinhais, Piraquara e Colombo³.

Neste contexto, o objetivo deste capítulo é descrever minha atuação como educador e gestor no período da pandemia. Para isso, conto com a ajuda de algumas investigações já realizadas sobre o tema para interpretar os efeitos da covid-19 que vivenciei na escola. Minha intenção não é refletir somente sobre aquilo que presenciei nas aulas e no trabalho de intervenção e organização escolar, mas participar da tentativa coletiva de compreender como este período pandêmico afetou e alterou a comunidade escolar do Colégio Estadual Paulo Leminski e as próprias dinâmicas dos processos de ensino-aprendizagem na educação básica da rede escolar paranaense. Portanto, ao relatar minhas experiências, procuro problematizar questões como o ensino remoto, as mídias digitais aplicadas à educação, o controle de presenças e faltas de alunos e professores, a escolha de conteúdos curriculares, as condições de trabalho dos professores, as condições de estudo dos alunos, o acesso a ferramentas tecnológicas, a comunicação com pais e comunidade e as ferramentas de gestão que serviram e ainda servem para direcionar as ações do poder público sobre a realidade escolar.

Após o longo período de reclusão social imposto pela pandemia de covid-19 e pela necessidade de ter que recompor nossas vidas com um vírus (RAPCHAN E CARNIEL, 2021), o ano de 2022 foi emblemático no que diz respeito à sociabilidade

² No ápice das ocupações das escolas em 2016, o Estado do Paraná teve mais de 800 colégios estaduais ocupados contra a PEC 241 que tinha como objetivo a reforma do ensino médio e instituir o Novo Ensino Médio. Fontes: <https://appsindicato.org.br/os-pais-que-tambem-ocupam/> e <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estudantes-dizem-que-820-escolas-estao-ocupadas-no-parana.html> acessados em 24/01/2024.

³ Dados do SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar) consultado em 24 de janeiro de 2024 no próprio colégio.

nas escolas. Assim como ocorreu em diferentes setores da sociedade, o ambiente escolar foi profundamente impactado pelo retorno das atividades presenciais.

Começamos a voltar à “normalidade” das nossas rotinas escolares e das discussões em salas de aula. O frio dos corredores vazios deu lugar à correria dos estudantes preocupados em não chegar atrasados. O pátio teve seus bancos, gramado e sombras ocupados pelos encontros entre os alunos. Voltaram os grupos do intervalo, com os mais diversos assuntos e, sempre como plano de fundo, uma partida de futebol, vôlei ou basquete.

- “Que bom te ver!”
- “Que saudades!”
- “Já tomou vacina?”
- “Estamos na mesma sala?”
- “Põe a máscara!”

Estas foram algumas das frases ditas na escola e que, de certa forma, marcaram o retorno dos alunos. Ao mesmo tempo em que professores, alunos e funcionários estão felizes por estarem retornando ao ambiente escolar e à aparente normalidade da vida social, em nenhum momento poderíamos deixar de nos preocupar com o vírus e com os cuidados necessários para nos protegemos. A máscara e o álcool em gel foram nossos “amigos” inseparáveis neste retorno.

Outra situação marcante nas falas dos alunos foi a questão das desigualdades na aprendizagem. Muitos alunos relataram não ter condições, no período da pandemia e das aulas online, de estudar em suas residências por falta de espaço adequado para os estudos, por falta de equipamentos tecnológicos e pelo fato de o local de moradia não dispor de internet. O que também chamou muito a atenção foi a utilização, por parte de muitos estudantes, do tempo de estudos para trabalhar, uma vez que as aulas eram remotas e eles precisavam ajudar no complemento financeiro da família.

A pandemia deixou ainda mais dramática a situação de vários alunos que, por conta das suas condições já precarizadas pela desigualdade social, tiveram muitas dificuldades para fazer um isolamento adequado, para ter acesso a leitos de hospitais, sem meios de ter uma rede lógica mínima para acesso à internet, compartilhando os mesmos meios tecnológicos com outros da família, com dificuldades de alimentação, entre outros problemas já documentados em pesquisas recentes (DE QUEIROZ; DA SILVA, 2022). A partir das experiências que pude

vivenciar na escola, tenho a convicção de que, para muitos alunos, com tantas perdas pessoais, tantos desafios, precisando estudar e ajudar financeiramente sua família, passar pela pandemia de covid-19 representou um ato de coragem e de superação que marcou a existência de cada um deles.

Fazer reflexões e trazer experiências do período da pandemia, justamente num momento pós-pandêmico, é tentar aprender com as lições que a pandemia de covid-19 deixou para a humanidade, como aponta Morin (2020). Uma dessas lições é sobre a nossa própria existência, na qual a pandemia nos faz ver nossa condição humana e perceber como foi desigual a forma como as pessoas mais pobres suportou a pandemia em seu cotidiano de trabalho e de família. Como também apontam Teixeira e Da Silva (2022) ao escrever sobre as práticas da necropolítica no Brasil durante a pandemia do coronavírus, esse foi mais um evento em que a existência e a vida dos mais pobres foram consideradas descartáveis.

Mas por aqui a necropolítica se faz presente para além das políticas de segurança pública, em tempo de pandemia as vidas descartáveis são abandonadas à própria sorte, sem condições estruturais (precariedade das moradias, falta de acesso a serviços públicos e opções de lazer) e financeiras de fazer o isolamento social milhares tem de se expor ao vírus nos locais de trabalho, ruas e ônibus lotados. (TEIXEIRA; DA SILVA, 2022, p. 25).

A pandemia revelou de maneira trágica a profundidade do abismo da desigualdade educacional no Brasil. Vimos que as medidas para conter a propagação do vírus eram as mesmas para todos, mas as condições de enfrentamento da pandemia por grande parte da população brasileira não eram as mesmas, evidenciando um cenário em que pessoas mais pobres, já degradadas social e economicamente, estavam mais expostas ao vírus do que pessoas com poder econômico e condição social mais elevadas. Portanto, discutir a relação do ensino com a pandemia do coronavírus é também tentar entender melhor como a desigualdade social foi exposta na comunidade escolar. Falar das experiências que tive durante a pandemia, como professor e gestor, passa necessariamente por refletir sobre as condições que nós professores e nossos alunos enfrentamos na mais grave e trágica crise sanitária em pelo menos cem anos (HARARI, 2020).

2.2 Vigilâncias e plataformas

Numa realidade em que o processo ensino-aprendizagem está ocorrendo dentro do espaço da escola, no qual alunos e professores estão se relacionando pessoalmente e sob os olhares controladores da gestão, seja ela do próprio local ou da instituição mantenedora, podemos dizer que este tipo de controle está de certa forma contemplado naquilo que vemos na Sociedade Disciplinar de Foucault, trazido aqui para discussão pela ótica de Deleuze (2008). Na Sociedade Disciplinar, as instituições sociais, entre elas a escola, se ocupam de fazer o confinamento, a vigilância, as normas, os controles mais diretos de horários, dos espaços, do que se pode falar, do que se pode vestir, enfim, um completo controle dos corpos dos indivíduos e suas maneiras de agir e interagir. Nesse sentido, a gestão escolar desempenha um papel central nessa configuração social, pois se concentra na pessoa do gestor e no seu olhar vigilante sobre a execução dos diferentes modos de controle dentro da chamada Sociedade Disciplinar.

No entanto, Deleuze aponta que este tipo de sociedade está numa crise generalizada e vai dando lugar ao que ele chama de Sociedade de Controle, organizada muito mais pela lógica do controle contínuo, da comunicação instantânea, num tipo de monitoramento mais flexível e diluído, não ficando mais tão concentrado entre muros e nas mãos e nos olhares de poucos. Acredito que a pandemia de covid-19, nesse sentido, acelerou a transição que já vinha ocorrendo da Sociedade Disciplinar para a Sociedade de Controle – tanto no que diz respeito à gestão quanto à prática docente. Acelerou-se a implantação de ferramentas remotas de gestão, controle de faltas via sistema on-line, conteúdos curriculares disponíveis nas plataformas educacionais e em ambientes virtuais de ensino, conferindo materialidades diversas a uma lógica de controle que agora está fora dos muros e gerenciada por sistemas on-line de alimentação automática. E no bojo dessas transformações anunciadas e impulsionadas pela pandemia de coronavírus, podemos perceber outra característica da Sociedade de Controle apontada por Deleuze (2008): a lógica da empresa ocupou o lugar da lógica da fábrica.

No regime das escolas: as formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da "empresa" em todos os níveis de escolaridade. (DELEUZE, 2008, p. 225).

Esta introdução de um modelo empresarial em todos os níveis de escolaridade, no que diz respeito à gestão escolar, está diretamente associada à ideia de cumprimento de metas, à corrida por alcançar índices, à constante análise de dados de rendimentos e satisfação dos estudantes, que agora são vistos como consumidores de produtos educacionais, ora via on-line, remota, híbrida ou presencial, mas sempre como consumidores. Uma realidade vista inclusive na oferta de novas disciplinas voltadas para o mercado, adicionadas por conta da reforma do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), numa clara conexão, já com vastas discussões acadêmicas sobre o assunto, entre educação e a lógica do neoliberalismo (LAVAL, 2004; SIBILIA, 2012).

Neste sentido, o momento da pandemia foi para o Estado a oportunidade para a implantação de ferramentas de gestão nas escolas para os mais diversos tipos de controle. Destaco algumas dessas ferramentas e seus usos durante a pandemia:

- **Power BI:** Ferramenta de gestão de dados da Microsoft, muito utilizada durante a pandemia e ainda hoje, para fazer o controle dos dados, como frequência de alunos e professores, aulas dadas, notas, entre outros. Existem mais de 20 tipos de análises entre diversos relatórios e conjuntos de dados. Alguns desses relatórios podem ser vistos na FIGURA 1.
- **LRCO:** Livro de Registros de Classe On-line. Uma ferramenta já existente antes da pandemia, mas que no período pandêmico foi a principal fonte de alimentação do Power BI com dados. Na descrição da Secretaria de Estado de Educação, consta como ferramenta de apoio, porém também teve sua utilização para verificar e controlar os registros e a frequência dos professores e alunos (FIGURA 2).

FIGURA 1 – POWER BI E O CONTROLE DE DADOS ESCOLARES



FONTE: Imagem da página de controle de gestores escolares.

FIGURA 2 – LRCO: LIVRO DE REGISTROS DE CLASSE ON-LINE



FONTE: Imagem da página de controle docente do Livro de Registros de Classe On-line.

Na sala de aula também ocorreram mudanças na prática docente, alterações abruptas, por assim dizer, pois o ano letivo de 2020 havia sido iniciado em fevereiro no formato de aulas presenciais, mesmo sob algumas críticas da comunidade, visto que já se propagava pelo território brasileiro o novo coronavírus (SARS-CoV-2). Portanto, não houve por parte das autoridades da Secretaria de Estado da Educação nenhum planejamento prévio para o enfrentamento da pandemia, até mesmo pelo fato de o discurso de muitas pessoas, inclusive de grandes autoridades, ser no sentido do negacionismo e das políticas contra o isolamento e anti-vacina. Sobre este aspecto, o livro “Bolsonarismo e Necropolítica” (TEIXEIRA; DA SILVA, 2022) apresenta uma pesquisa contundente sobre os aspectos da omissão do

governo em tomar atitudes mais urgentes na contenção da proliferação do covid-19, o que poderia impedir a morte de mais de 400 mil pessoas (TEIXEIRA; DA SILVA, 2022, p. 55). No entanto, o esperado aconteceu e, pelo decreto 4.320, de 16 de março de 2020, o governo do Paraná resolveu, entre outras medidas, suspender as aulas no Estado. Começaram, então, as aulas remotas, mediadas pelas mídias e plataformas digitais, principalmente o Google Classroom. Um momento em que a pandemia já revelava os graves problemas da desigualdade no Brasil.

Professores começaram a trabalhar na modalidade emergencial do ensino remoto sem nenhum treinamento, sem capacitação, muitos com dificuldades de acesso à internet, com equipamentos não compatíveis ou até mesmo sem os recursos tecnológicos necessários para ministrar suas aulas. Para além dessa condição, vale ressaltar que as aulas remotas eram feitas da residência do professor, invadindo a vida particular do docente e dividindo seu espaço e seu tempo doméstico com o trabalho.

As jornadas de trabalho dos professores nem sempre eram respeitadas. Uma vez que ministravam suas aulas da própria residência, viam sua vida pessoal invadida por mensagens e convocações fora de seu horário de trabalho. Todas essas condições, desde a falta de treinamento até a invasão da sua vida familiar pelo trabalho, sem mencionar a própria preocupação constante para evitar o covid-19 para si e para sua família, fizeram da existência dos professores nesse período mais suscetível aos mais altos níveis de estresse, como mencionado por Guimarães (2021, p. 49):

Desse modo, a mantenedora não levou em consideração a situação dos docentes que não dispõem de treinamento para trabalhar em AVA e/ou recursos tecnológicos para acessar essas plataformas. Nesse contexto, os professores da rede pública estadual – além de se sentirem desqualificados frente ao novo sistema de ensino – sofrem com o agravamento dos sintomas de estresse e ansiedade que já vinham sendo verificados desde antes da eclosão da pandemia de Covid-19.

2.3 As Eleições.

O retorno das aulas presenciais não foi o único acontecimento externo às escolas que impactou o seu cotidiano. Outro evento que transformou o ano letivo de 2022 foi a disputa eleitoral para a Presidência da República. Cabe destacar que esses eventos compuseram o contexto em que eu iniciei o Mestrado Profissional em 2022 e foi durante ele que desenvolvi a intenção de realizar uma intervenção

pedagógica sobre o tema das eleições. Foi um momento muito difícil da vida social, visto a polaridade em que a disputa presidencial ocorreu. Uma disputa eleitoral marcada por ataques ao Estado de Direito e à Democracia, movimentados por notícias falsas e desinformação (FONSECA; COSTA, 2023), pelo preconceito e perseguição a minorias (MOTA; FORTE, 2023), pela violência e pela falta de respeito ao contraditório (SANTOS; PENTEADO; ALMEIDA; GOYA, 2023), pelo discurso negacionista de certos setores políticos em pleno período de vacinação (OLIVEIRA NETO; DANTAS, 2023) e uma série de outros fatores que, de certa forma, também estavam ecoando dentro das salas, dos corredores e do pátio das escolas.

Talvez não seja nenhum exagero dizer que todos os ambientes da escola se tornaram arenas de debate. Cada um defendendo seus pontos de vista e seu candidato, seja nos ambientes virtuais, como grupos de mensagens pelo WhatsApp, ou nos ambientes físicos, como as salas de aula. Era muito comum nesse período ouvir alunos conversando sobre fatos e eventos relacionados a determinado candidato, tirando suas conclusões. No entanto, notei que isso sempre ocorria dentro do universo dos intervalos, nas trocas de aula ou em conversas informais.

Percebi, então, que os estudantes estavam recebendo todas essas informações e que cada um, à sua maneira e com suas referências e influências, construía suas opiniões e análises do momento político que estávamos passando. Dessa maneira, pude ver que os jovens estudantes do terceiro ano, todos já aptos a votar, estavam atentos ao que se passava politicamente em nosso país, nas eleições, nos caminhos que poderíamos tomar como nação e na polaridade política que se apresentava. Esse tipo de comportamento dos estudantes me chamou a atenção pelo fato de que a ideia que às vezes se constrói da juventude dentro da escola, principalmente dos estudantes que já estão em fase final de estudos, é uma noção de que esses jovens perdem o interesse pela escola, pelos estudos, que apenas querem “cumprir tabela” (CASTRO, 2008). Que estariam mais preocupados com o mundo do trabalho, em se tornarem consumidores mais que cidadãos, e que para eles a política seria um assunto “chato” e reservado apenas para os mais velhos.

No entanto, o que presenciei foram alguns alunos de fato preocupados com os rumos da democracia, com o destino das minorias e da diversidade, com o enfrentamento da pandemia e, por outro lado, alunos igualmente preocupados com

a corrupção, com um possível avanço do comunismo e interessados em uma pauta mais conservadora. Ou seja, observava a manifestação na escola do ideário e das falas dos principais nomes para a disputa presidencial à época, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, bem como de seus partidos e apoiadores.

Diante dessa realidade que se colocava a todos, a escola não podia passar sem ser abalada por ela ou sem fazer uma reflexão com os estudantes sobre o momento político que estávamos vivendo e sobre as eleições. Dessa forma, ao invés de segregá-lo apenas aos corredores, por que não colocar o tema para discussão em sala de aula? Aproximar o debate dos temas do próprio programa do terceiro ano do ensino médio e encaminhar as discussões à luz dos conhecimentos da Sociologia e da Ciência Política não seria uma maneira efetiva de corresponder ao contexto social em que estávamos imersos?

A grade curricular do Estado do Paraná já prevê para as séries finais do Ensino Médio os temas que envolvem Política, Cidadania, Movimentos Sociais e Direitos Humanos. Portanto, a discussão sobre as eleições presidenciais seria um campo de análise nas aulas de Sociologia e que se estenderia, de certo modo, até as famílias, aos grupos identitários, às igrejas, enfim, a todas as esferas da vida social dos alunos, uma vez que o assunto eleições se relacionava de maneira direta com o cotidiano dos estudantes e os impactava na construção de sua juventude e no exercício de sua cidadania.

2.4 A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA.

A ideia estava posta. Decidi aproveitar o momento das eleições e as discussões suscitadas entre os alunos para levar tudo isso para dentro da sala com o objetivo de entender a percepção dos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio sobre o período eleitoral de 2022. O desafio agora era construir uma estratégia didática para costurar esses saberes e impressões em um diálogo com a teoria proposta, bem como articular as atividades necessárias ao programa da disciplina. Neste contexto, e em diálogo com a disciplina de Metodologia de Pesquisa, ministrada pela professora Maria Tarcisa Silva Bega, foi se desenhando uma proposta de intervenção pedagógica com os alunos. Construiu-se, assim, uma ação para a atividade de intervenção em dois momentos: o primeiro, mais propriamente pedagógico, estava focado na organização da confecção de imagens que

expressassem a percepção dos estudantes acerca da corrida eleitoral de 2022; o segundo, já com os alunos novos do terceiro ano em 2023, se concentrará em uma análise das imagens e da percepção que os alunos puderam transmitir com elas.

O primeiro momento foi pensado inicialmente com apenas uma turma de aproximadamente 25 alunos do terceiro ano – a turma B, do Colégio Estadual Paulo Leminski, escola em que leciono. A escolha dessa turma específica ocorreu justamente pelo fato de os alunos se apresentarem mais receptivos à ideia da intervenção e engajados com as discussões em sala. Ou seja, a princípio, eu estava decidido a navegar em águas calmas e tranquilas. No entanto, uma provocação foi lançada. Por que não fazer também a intervenção com uma turma oposta? Então, lancei o desafio da produção das imagens para a turma E do terceiro ano. Uma turma mais agitada e inquieta, onde eu sabia que pedir uma vez não bastaria e que eu precisaria investir mais tempo com eles.

Assim aconteceu, e comecei a trabalhar com as duas turmas. Primeiro, expliquei e situei os alunos sobre o que era o meu trabalho, o que era a intervenção, o que era o mestrado profissional, a importância de refletirmos sobre o momento político, como os desenhos seriam elaborados e o que precisaríamos fazer para produzir um bom trabalho. Em seguida, solicitei a eles que se dividissem em pequenas equipes. Esse foi o desafio inicial. As afinidades políticas já começaram a aparecer.

- “Vamos fazer juntos?”, perguntou um colega ao outro.
- “Não sei!”, respondeu alguém de fora da conversa em tom de zação.
- “Procura outro, esse é bolsominion!”, declarou outro.

Toda essa rivalidade entre os alunos, no entanto, não costumava ser uma rivalidade violenta. Era reflexo de uma situação política polarizada que influenciou não somente os estudantes do terceiro ano, mas suas famílias, seus grupos sociais, e a igreja que frequentavam. Ou seja, todos estavam diante de um discurso polarizado na política eleitoral e que, às vezes, infelizmente, tomava outros rumos além do embate ideológico. Dessa forma, durante esse período de campanha eleitoral, solicitei aos alunos que acompanhassem o desenvolvimento dos candidatos por redes sociais, por plataformas de notícias, por noticiários ou conteúdos em mídias digitais, e os deixei livres para escolher a melhor forma de se inteirar do dia a dia dos candidatos.

Simultaneamente às pesquisas dos candidatos, em sala de aula, os alunos foram apresentados aos conteúdos do terceiro ano e foram chamados a discutir a relação entre as notícias da imprensa sobre os candidatos ou sobre o período eleitoral com o conteúdo da disciplina. Após um determinado período de discussões e reflexões, as equipes se reuniam para expressar seu entendimento e percepção sobre o período eleitoral em forma de desenho. A princípio, iríamos nos reunir a cada quinze dias ou a cada duas aulas para realizar o desenho. Levando em conta que iniciamos nossos trabalhos no dia 16 de agosto de 2022, dia em que, de acordo com o cronograma do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), iniciou-se a campanha eleitoral, teríamos ao todo 6 encontros. Contudo, devido aos percalços e dificuldades encontradas no caminho, conseguimos concluir apenas dois encontros para a realização dos desenhos, um no primeiro turno e outro no segundo turno.

2.5 O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A proposta da intervenção está fundamentada em três pontos. O primeiro foi o trabalho de pesquisa dos próprios alunos, que convencionamos chamar de “lado de fora”. O segundo foi o conteúdo propriamente dito das aulas de Sociologia na escola, que nomeamos de “lado de dentro”. O terceiro foi a produção dos desenhos, que se refere à comparação das perspectivas que aprendemos “fora” e “dentro” da escola, e que demos o nome de “lado a lado”.

Na primeira parte da intervenção, cada estudante foi estimulado a localizar, fora do período escolar, notícias sobre a disputa eleitoral de 2022 e propostas dos candidatos à Presidência da República que lhes parecessem significativas. Procurei não exercer influência sobre quais informações poderiam ser mais relevantes para a realização da atividade, até mesmo para manter certo distanciamento e não interferir nas escolhas dos alunos. Considerando o clima político em que nos vimos inseridos naquele ano, julguei ser de extrema importância que eles fizessem a busca por notícias, propostas e conteúdo dos candidatos à presidência de maneira autônoma e independente. Minha participação foi apenas em enaltecer o fato de que eles estavam “livres” para procurar em quaisquer meios de comunicação suas informações e que, caso entendessem ser pertinente, poderiam solicitar o auxílio de seus familiares e amigos nessa busca.

Minha exigência foi apenas que eles trouxessem o resultado de suas pesquisas e da investigação sobre seus candidatos para a sala de aula. Posteriormente, iríamos refletir sobre o momento político que estávamos vivendo. O objetivo desta primeira etapa do projeto, por assim dizer, era criar uma ação, um espírito indagativo, um olhar mais apurado sobre a realidade, com o intuito de auxiliar futuramente o estudante a dar mais sentido às suas ações. Afinal, como já sugeriu Lahire (2014, p. 55):

Do mesmo modo que os alunos adquirem o hábito de fazer quotidianamente o levantamento da temperatura para objetivar e tomar assim consciência dos fenômenos meteorológicos, eles poderiam ser treinados para a observação e para a objetivação do mundo social. Se a experimentação está no fundamento das ciências da matéria e da natureza, o espírito de investigação está na base de todo o mundo social.

Para além desta esfera em que proponho que o aluno seja mais investigativo com relação ao seu candidato e ao período eleitoral como um todo, teríamos o “lado de dentro” da nossa intervenção. Ou seja, as aulas propriamente ditas com os conteúdos previstos para a série dos alunos. Esses temas e conteúdos são elencados, preparados e expostos aos alunos sempre de acordo com as orientações curriculares do momento.

Desde os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) passando pelas DCEs (Diretrizes Curriculares de Estado), no caso do Estado do Paraná, até a atual Base Nacional Curricular Comum (BNCC), os conteúdos relacionados à Política, Cidadania, Poder e Ideologia sempre estiveram presentes na organização curricular das escolas (BODART; LOPES, 2017). Tais assuntos foram colocados no planejamento curricular das séries finais pela organização da educação do Estado do Paraná, terceiros e quartos anos do Ensino Médio, seja do ensino regular ou do técnico integrado, respectivamente.

Nas justificativas que os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) conferem aos temas Estado, Ideologia, Poder e Política, está o seguinte objetivo: “ampliar a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitir uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social brasileiro atual” (BRASIL, 1999, p. 41). O grande ponto a se chegar com a parte “do lado de dentro”, e que aponta para o mesmo objetivo dos PCNs, é ajudar o estudante a compreender que a política é o meio pelo qual as decisões são tomadas

em uma sociedade e que, por meio do envolvimento político, eles têm a oportunidade de influenciar e participar da tomada de decisões que afetam diretamente suas vidas.

Vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2008), para além de evidenciar a relevância das discussões a respeito dos temas de Poder e Política, apresentam também uma organização curricular a partir da qual se têm os “Conteúdos Estruturantes” e os “Conteúdos Específicos” (DCE, p. 107), que vinham acompanhados de algumas abordagens metodológicas e dos critérios de avaliação. A formulação que a Secretaria de Estado da Educação elaborou e que vigorou até a década passada era a seguinte (QUADRO 1):

QUADRO 1 – PODER E POLÍTICA

Conteúdo Estruturante	Conteúdo Específico	Abordagem Teórico-Metodológica	Avaliação
Poder, Política e Ideologia	1. Formação e desenvolvimento do Estado Moderno; 2. Democracia, autoritarismo, totalitarismo; 3. Estado no Brasil; 4. Conceitos de Poder; 5. Conceitos de Ideologia; 6. Conceitos de dominação e legitimidade; 7. As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.	Em Sociologia, devemos atentar especialmente para a proposição de problematizações, contextualizações, investigações e análises, encaminhamentos que podem ser realizados a partir de diferentes recursos, como a leitura de textos sociológicos, textos didáticos, textos jornalísticos e obras literárias. Esses encaminhamentos podem, também, ser enriquecidos se lançarmos mão de recursos audiovisuais que, assim como os textos, também são passíveis de leitura. A utilização de filmes, imagens, músicas e charges constitui importante elemento para que os alunos relacionem a teoria com sua prática social, possibilitando a construção coletiva dos novos saberes.	• Analisem e compreendam, de forma crítica, o desenvolvimento do Estado Moderno e as contradições do processo de formação das instituições políticas; • Analisem criticamente os processos que estabelecem as relações de poder presentes nas sociedades; • Compreendam e avaliem o papel desempenhado pela ideologia em vários contextos sociais.

FONTE: Diretrizes Curriculares dos Estado do Paraná (PARANÁ, 2008).

Com o avanço das discussões sobre o Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e a Base Nacional Comum Curricular (Resolução CNE/CP 2/2017), a Sociologia

passou a ser um Componente Curricular da Área de Conhecimentos de Humanas, sendo organizada a partir de competências e habilidades. Esse controverso processo de implementação de um novo modelo curricular nacional (SILVA; ALVES NETO, 2020) acabou gerando no Paraná, e em diversos outros estados, uma redução na oferta da disciplina de Sociologia dentro da Formação Geral Básica (FGB) do Novo Ensino Médio.

Dessa forma, os conteúdos trabalhados em sala de aula para o ensino de fenômenos e processos políticos contemporâneos agora referem-se à Competência 06:

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, p.565).

Neste sentido, em 2021, o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação, disponibilizou no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná a nova formulação dos conteúdos e temas para serem trabalhados nas aulas de Sociologia já na perspectiva das Competências e Habilidades propostas pela BNCC. A Competência 06 se torna no Referencial do Paraná a Unidade Temática 6 - Poder, Política, Estado e Cidadania, que se apresenta da seguinte forma (QUADRO 2):

QUADRO 2 – UNIDADE TEMÁTICA 6 - PODER, POLÍTICA, ESTADO E CIDADANIA

Habilidades	Objetos de Conhecimento	Sugestão de Conteúdos
(EM13CHS602). Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.	O poder e suas formas de exercício.	• Democracia. • Autoritarismo. • Totalitarismo.
(EM13CHS603). Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.	As teorias sociológicas clássicas sobre o Estado.	• Ideologia como visão de mundo e relação de dominação. • Dominação e legitimidade.

(EM13CHS603). Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.	Governo e Estado.	• Formas, sistemas e regimes de governo. • Formação e desenvolvimento do Estado Moderno. • Estado no Brasil.
(EM13CHS602). Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.	A política no Brasil e na América Latina.	• As práticas do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na América Latina. • As práticas do paternalismo, do autoritarismo e do populismo no Brasil.
(EM13CHS603). Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.	Participação política e democracia.	• Participação política e democracia no Brasil. • Os impactos da tecnologia e das novas mídias nas formas de participação política. • Juventude e participação política.
(EM13CHS602). Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.	Cidadania e direitos.	• Conceito de cidadania. • Direitos civis. • Direitos políticos. • Direitos sociais. • Direitos Humanos.
(EM13CHS503). Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.	A violação de direitos	• A violação dos direitos humanos. • A violação dos direitos humanos no Brasil e sua relação com as desigualdades, a discriminação e a violência.
(EM13CHS601). Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.	Os movimentos sociais	• O conceito de movimento social. • A luta por direitos. • Os movimentos sociais no Brasil • A trajetória da cidadania no Brasil.

FONTE: Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná (PARANÁ, 2021).

Vale, no entanto, destacar que a crise sanitária causada pela Pandemia de covid-19, que provocou a suspensão das aulas presenciais e iniciou o período de aulas no modelo remoto, levou o Estado do Paraná a formular uma grade curricular no ano de 2020, antes mesmo de estabelecer o Referencial Curricular que organizaria o Novo Ensino Médio. Denominado “Currículo Priorizado”, essa política curricular emergencial foi implementada nos moldes do que as DCEs de 2008 priorizavam, ou seja, a organização por Conteúdos Estruturantes e Específicos, mas agora também com a inclusão dos conteúdos básicos (PILONETTO, 2022).

Esta organização é a que atualmente orienta as aulas das séries finais e é disponibilizada aos professores pelo LRCO+Aulas, que é o Livro de Registro de Classe On-line com sugestões de aulas e atividades para os conteúdos selecionados no Currículo Priorizado (BAALBAKI, 2022). Com base nos conteúdos dessas aulas do LRCO+Aulas, as discussões sobre as eleições de 2022 foram feitas em sala de aula e também orientaram a produção dos desenhos que integram este projeto de intervenção pedagógica.

QUADRO 3 – CONTEÚDOS POR AULA

SEQUÊNCIA DA AULA NO RCO+Aulas	CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CONHECIMENTOS PRÉVIOS	OBJETIVOS
01 - 1ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Conceitos de Poder	O que é poder	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Entender as diferentes concepções de poder, política e Estado.
02 - 1ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Conceitos de Poder	Sistemas e formas de governo	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Identificar os diferentes sistemas e formas de governo.
03 - 1ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Formação e Desenvolvimento do Estado Moderno	Introdução à Política: Maquiavel	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Entender a contribuição da teoria de Nicolau Maquiavel para a Ciência Política.

04 - 1ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Formação e Desenvolvimento do Estado Moderno	Formação do Estado Moderno	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Entender o processo de formação do Estado Moderno, identificando a contribuição de Thomas Hobbes para a análise do Estado Absolutista.
05 - 1ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Formação e Desenvolvimento do Estado Moderno	Os contratualistas: Locke e Rousseau	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Analisar o desenvolvimento do Estado Moderno, reconhecendo a importância dos autores contratualistas.
06 - 1ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Formação e Desenvolvimento do Estado Moderno	Formas Históricas de Estado I: Estado liberal e Estado Nazifascista	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Analisar as diferentes formas históricas de Estado, identificando as suas características políticas e econômicas.
07 - 1ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Formação e desenvolvimento do Estado Moderno	Formas Históricas de Estado II: Estado socialista Formas Históricas de Estado III: Estado de bem-estar social Formas Históricas de Estado IV: Estado neoliberal	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Analisar as diferentes formas históricas de Estado, identificando as suas características políticas e econômicas.
08 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Democracia, Autoritarismo, Totalitarismo	Conceitos de democracia	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Entender o conceito de democracia e as suas manifestações no decorrer da história das sociedades.
09 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Democracia, Autoritarismo, Totalitarismo	Conceitos de Autoritarismo e totalitarismo	Entender a relação entre os indivíduos e a estrutura social, bem como às instituições que dela fazem parte, através das teorias clássicas e contemporâneas.	Entender os conceitos de autoritarismo e totalitarismo e as suas manifestações no decorrer da história das sociedades.
10 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Conceitos de poder	Poder e política em Max Weber	Compreender os conceitos trabalhados pelas teorias Funcionalista (Durkheim), Compreensiva (Weber) e Materialista Dialética (Marx).	Compreender as categorias de poder e política em Max Weber.
11 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Conceitos de Dominação e Legitimidade	Dominação em Max Weber	Compreender os conceitos trabalhados pelas teorias Funcionalista (Durkheim), Compreensiva (Weber) e Materialista Dialética (Marx).	Compreender o conceito de dominação em Max Weber, relacionando-o com os tipos de ação social.

12 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Conceitos de Dominação e Legitimidade	O Estado em Karl Marx	Compreender os conceitos trabalhados pelas teorias Funcionalista (Durkheim), Compreensiva (Weber) e Materialista Dialética (Marx).	Relacionar o capitalismo e o Estado em Marx.
13 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Estado no Brasil	Estado no Brasil I: Colônia e Império	Compreender os conceitos básicos de poder, política e Estado, bem como as atribuições dos poderes executivo, legislativo e judiciário no aparelho estatal.	Entender a política brasileira contemporânea relacionando-a com sua trajetória sócio-histórica.
14 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Estado no Brasil	Estado no Brasil II: República Velha.	Compreender os conceitos básicos de poder, política e Estado, bem como as atribuições dos poderes executivo, legislativo e judiciário no aparelho estatal.	Entender a política brasileira contemporânea relacionando-a com sua trajetória sócio-histórica.
15 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Estado no Brasil	Estado no Brasil III: Era Vargas e República Populista.	Compreender os conceitos básicos de poder, política e Estado, bem como as atribuições dos poderes executivo, legislativo e judiciário no aparelho estatal.	Entender a política brasileira contemporânea relacionando-a com sua trajetória sócio-histórica.
16 - 2ºTRI	Poder, Política, Ideologia	Estado no Brasil	Estado no Brasil IV: Ditadura e Redemocratização.	Compreender os conceitos básicos de poder, política e Estado, bem como as atribuições dos poderes executivo, legislativo e judiciário no aparelho estatal.	Entender a política brasileira contemporânea relacionando-a com sua trajetória sócio-histórica.
17 - 3ºTRI	Poder, Política, Ideologia	As expressões da Violência nas Sociedades Contemporâneas	A violência nas Sociedades Contemporâneas	Identificar as formas de manifestação de poder.	Perceber as diferentes formas de violência nas sociedades contemporâneas.
18 - 3ºTRI	Poder, Política, Ideologia	As expressões da Violência nas Sociedades Contemporâneas	Violência doméstica e familiar	Identificar as formas de manifestação de poder.	Perceber as diferentes formas de violência nas sociedades contemporâneas.
19 - 3ºTRI	Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	Direitos: Cívicos, Políticos e sociais	Cidadania e Direitos	Identificar as formas de participação política.	Compreender o conceito de cidadania e o processo histórico em que este foi construído.
20 - 3ºTRI	Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	Direitos: Cívicos, Políticos e sociais	Direitos: Cívicos, Políticos e sociais	Identificar as formas de participação política.	Compreender o conceito de cidadania e o processo histórico em que este foi construído.
21 - 3ºTRI	Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	Direitos Humanos	Direitos Humanos	Perceber as diferentes formas de violência nas sociedades contemporâneas.	Identificar grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade em nossa sociedade,

					problematizando a necessidade de garantia de seus direitos básicos.
22 - 3ºTRI	Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	Conceito de Cidadania	Cidadania no Brasil	Identificar as desigualdades sociais presentes no Brasil.	Compreender a trajetória da cidadania no Brasil, localizando suas especificidades.
23 - 3ºTRI	Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	Cidadania e Controle social	Cidadania e Controle social	Perceber as diferentes formas de controle social nas sociedades contemporâneas	Identificar grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade em nossa sociedade, problematizando a necessidade de garantia de seus direitos básicos.
24 - 3ºTRI	Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	Movimentos Sociais	Movimentos Sociais	Identificar as formas de participação política.	Perceber as possibilidades e espaços de atuação como atores/sujeitos responsáveis pela conquista e garantia de seus direitos.
25 - 3ºTRI	Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	Movimentos Sociais	Novos Movimentos Sociais	Identificar as formas de participação política.	Perceber as possibilidades e espaços de atuação como atores/sujeitos responsáveis pela conquista e garantia de seus direitos.

FONTE: Currículo Priorizado para o Ensino Médio e LRCO+Aulas (PARANÁ, 2022).

Assim, a proposta da intervenção pedagógica vai no sentido de colocar esses temas mais próximos da realidade dos alunos e do seu cotidiano. Mostrar que a política desempenha um papel fundamental na vida deles e é essencial que compreendam sua importância e que se envolvam ativamente nesse campo. Afinal, a participação política é crucial para que os jovens exerçam sua cidadania plenamente e moldem o futuro da sociedade em que vivem (FERREIRA, 2022).

Refletir sobre eleições e política é uma ferramenta poderosa para a conscientização social. Ao se envolverem com questões políticas, os estudantes têm a oportunidade de aprender sobre uma ampla gama de problemas sociais, econômicos e culturais que afetam suas comunidades e o Brasil em geral. A política também é uma forma de empoderamento para os estudantes, pois participar ativamente da política, mesmo que seja em uma sala de aula, lhes dá uma voz e

uma plataforma para expressar suas opiniões, ideias e valores. Eles podem levantar questões importantes e defender causas em que acreditam.

É importante ressaltar que os alunos têm um poder incrível de se tornarem agentes de mudança, seja nas suas famílias, na escola, nos seus grupos ou nos meios em que convivem, pois, através da política, eles podem inspirar, mobilizar e influenciar outras pessoas com suas experiências, gerando impacto positivo em seu entorno. Ao se envolverem na política, os alunos estão contribuindo para construir uma sociedade mais justa, equilibrada, democrática e livre.

2.6 A PRODUÇÃO

O processo de produção da atividade de intervenção pedagógica não foi simples. A mudança curricular realizada pela Secretaria de Educação do Paraná (Instrução Normativa 11/2020), já no apagar das luzes do ano letivo de 2020, em 17 de dezembro, que diminuiu a carga horária da disciplina de Sociologia, foi um agravante na produção dos desenhos. Mesmo sabendo deste fato no momento do planejamento da atividade, o dia a dia da produção dos desenhos pelas turmas simplesmente não foi o suficiente.

Neste momento, foi necessário a participação de outros professores que gentilmente colaboraram com o projeto de intervenção, cedendo algumas de suas aulas para a finalização da atividade. Assim, os professores das disciplinas de Arte e Língua Portuguesa foram fundamentais para que pudéssemos iniciar e terminar em uma única manhã todos os desenhos. Nesse sentido, houve também uma colaboração e uma troca de experiências entre nós professores. A professora de Arte, por exemplo, além de ceder algumas de suas aulas, sugeriu para os alunos materiais de leitura⁴ a respeito de como montar uma história em quadrinhos e viabilizou a utilização da sala de arte, já com todos os materiais necessários para a realização da atividade. Mesmo não tendo imaginado esses diálogos e trocas entre as disciplinas no planejamento inicial da atividade, a intervenção pedagógica acabou sendo, no que diz respeito a sua produção, uma atividade interdisciplinar.

⁴ A professora Alair da disciplina de Arte indicou para a leitura dos alunos o artigo de CARUSO, Francisco; SILVEIRA, Cristina. Quadrinhos para a cidadania. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, p. 217-236, 2009.

Outro aspecto que me surpreendeu positivamente no processo de execução da intervenção foi a autonomia e o senso de responsabilidade que os alunos demonstraram nos momentos em que precisaram ficar sozinhos fazendo as atividades. Ao pedir que algum professor cedesse sua aula para que os alunos continuassem os desenhos, eu não podia acompanhá-los, uma vez que precisava ir para minha próxima aula, então eles ficavam “sozinhos” na sala. Neste momento, sempre surgiam certas preocupações. Será que estão fazendo? Será que não vão se ausentar da aula para ir para o pátio? Será que estão dormindo? Coisas deste tipo.

Contudo, para minha surpresa, todas as vezes que passava para espiar a sala em que estavam trabalhando sozinhos, eles estavam discutindo o assunto, desenhando e produzindo. Do ponto de vista pedagógico, esse engajamento em si já é algo fantástico, pois o aluno se emancipa de lógicas “bancárias” de aprendizagem, calcadas na transmissão unilateral de conhecimentos (FREIRE, 1996). Foi como se o aluno tivesse visto um caminho que agora ele pode trilhar sozinho. Como se os resultados de sua trajetória na vida escolar e o levasse para este momento, o de emancipação, onde não é necessário a presença de um professor para que o conhecimento aconteça. Afinal, como nos lembra Rancière (2007, p. 29), em seu livro *O Mestre Ignorante*, “O fato estava lá: eles haviam aprendido sozinhos e sem um mestre explicador”.

Desse modo, a produção foi realizada em dois momentos. Um no primeiro turno e outro no segundo turno das eleições. Ao todo foram produzidos 16 desenhos que abordaram temas como notícias falsas (*fake news*), voto feminino, propostas dos candidatos, armamento, desmatamento, pandemia do covid-19, manipulação de informações, religião, disputa eleitoral, debates e ataques entre candidatos, corrupção e a polarização política. Podemos dizer que estes temas, entre tantos que eles poderiam trazer para a atividade de intervenção, foram aqueles captados pela antena da percepção política dos alunos, dentro de um período eleitoral com uma realidade política tão caótica em que o próprio processo eleitoral estava ameaçado e, por fim, todo o estado democrático de direito.

As imagens produzidas pelos alunos tentam traduzir o momento político a partir de seus pontos de vista particulares. Assim, carregam consigo as influências e tendências mais visíveis aos quais estiveram expostos, seja na família, na escola, na igreja, no grupo de amigos, no trabalho, enfim, na realidade que os cerca e que a

todo instante os bombardeia com informações, verdadeiras ou falsas, mas que compõem suas experiências. A ideia neste momento é observar qual a representação que os estudantes do terceiro ano da escola em que atuo, muitos já com título de eleitor, tiveram do momento político das eleições. Como eles enxergam a política, como percebem o trabalho político, que relações podem construir entre a realidade política e suas realidades particulares e de que forma a experiência política pode mudar sua forma de ver o mundo ou de fazer com que reflitam sobre suas relações sociais.

Junto com as imagens solicitei que os alunos preenchessem um breve descritivo a respeito da atividade, justificando a escolha do fato que eles decidiram desenhar, que explicassem um pouco o que estavam retratando e colocassem os nomes dos membros da equipe responsável pela atividade. Alguns alunos fizeram tanto a imagem quanto a descrição da atividade, outros não, optando apenas pela produção dos desenhos, mas de forma alguma esta ação prejudicou o entendimento das imagens que eles produziram. Todas as imagens produzidas foram resultado do trabalho de observação dos alunos sobre o momento político das eleições e também das discussões feitas em sala de aula. A forma como poderiam fazer as imagens ficou à escolha da própria equipe, então temos imagens coloridas, outras apenas em grafite e um aluno produziu em aplicativo.

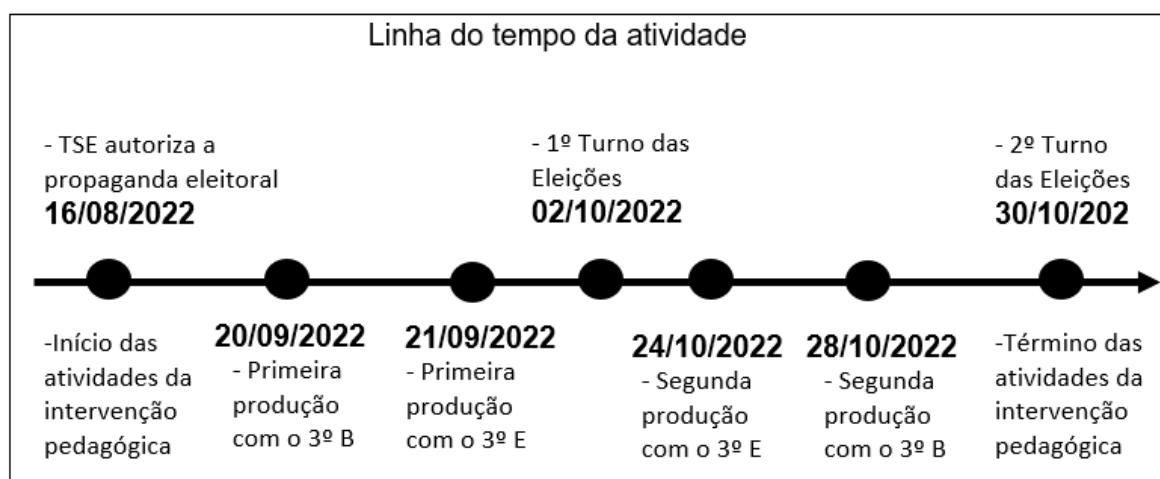
O objetivo era deixá-los à vontade para que escolhessem a melhor forma de produzir e expressar o conteúdo. Alguns tinham mais habilidades em desenhar, outros nem tanto. Alguns demonstraram mais facilidade para produzir textos curtos e objetivos, outros não. Portanto, a ideia não era exigir atividades ou produções semelhantes. Mas estimular a emergência da heterogeneidade de experiências, práticas, gostos e percepções sempre presente em minhas aulas, mas nem sempre representada, e oferecer às equipes condições de produzirem as imagens a partir de sua percepção, seu entendimento e sua representação do período eleitoral, tanto do primeiro turno quanto do segundo turno.

3 A INTERVENÇÃO E A PRODUÇÃO DOS DESENHOS

Neste capítulo, pretendo apresentar, contextualizar e analisar os desenhos produzidos pela turma com o objetivo de sistematizar a percepção dos estudantes do terceiro ano do ensino médio sobre o período eleitoral de 2022. Identificar como esse momento da política nacional se apresenta para os estudantes e como eles a representam.

As atividades com relação a minha intervenção pedagógica começaram de fato no dia 16 de agosto de 2022 (FIGURA 3). O planejamento, estruturação e a escolha das turmas para a atividade foram sendo pensadas já no decorrer do ano, em conjunto com as disciplinas do ProfSocio. Mas foi neste dia que os estudantes começaram a focar mais nas eleições e nos candidatos à presidência, pois foi a data em que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) autorizou o início das propagandas eleitorais e a divulgação dos materiais de campanha em Rádios, TV e Internet.

FIGURA 3 – LINHA DO TEMPO DA ATIVIDADE



FONTE: O autor (2024).

Escolhi duas turmas para realização da atividade, o 3º B e o 3º E, que ocupavam lados opostos no que dizia respeito à aprendizagem e à disciplina dentro de sala de aula. O 3º B ficava numa ponta do corredor inferior do bloco laranja, contava com 25 alunos, dentre eles um aluno com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e Dislexia e uma aluna com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade). Turma mais concentrada, menos agitada e barulhenta, com

pouquíssimas faltas, estudantes participativos e que gostavam de debates, turma bem produtiva e com um relacionamento entre eles e com o professor muito amigável e respeitoso. A princípio iria realizar a atividade de intervenção apenas com esta turma, pois a escolhi justamente por entender que ali seria mais tranquilo de desenvolver a atividade por serem mais concentrados e participativos. No entanto foi durante as aulas do ProfSocio da disciplina de Metodologia da Pesquisa com a professora Dra. Maria Tarcisa que as provocações e sugestões à intervenção começaram a surgir e a partir deste momento incluí na atividade o 3º E.

A nova turma, que contava com 22 alunos, estava localizada no mesmo corredor da primeira, mas do lado oposto. Essa oposição não era apenas física, mas também se refletia no comportamento em sala e na aprendizagem. De modo geral, os estudantes eram mais agitados, com dificuldades para manter a concentração; tinham poucas faltas, porém estavam muito desanimados nas aulas; alguns alunos eram agressivos com colegas, necessitando de várias intervenções da equipe pedagógica durante as aulas; eram pouco produtivos nos momentos de avaliações e atividades e apresentavam problemas de relacionamento entre eles e com estudantes de outras turmas.

A provocação e o desafio estavam colocados, ou seja, desenvolver a atividade de intervenção com turmas que apresentavam realidades dentro de sala de aula bem diferentes. Assim começamos as atividades e as discussões que levariam os estudantes a comporem os desenhos que traduziriam o momento político que estávamos vivendo. Foram alguns estudantes do 3º B que deram a sugestão de separarmos nossos momentos em três partes: o lado de fora, o lado de dentro e o encontro dos dois, ou como uma aluna sugeriu, o lado a lado.

Começamos sempre nossas aulas pelo lado de fora, com uma duração em torno de 15 minutos após todos já estarem em sala e já termos feito a chamada. O lado de fora era basicamente para os estudantes trazerem notícias, informações, conteúdos dos candidatos à presidência ou do período eleitoral. As escolhas das fontes eram exclusivas dos estudantes, porém sempre com o objetivo, neste momento, de fornecerem aos alunos materiais para discutirmos em sala de aula. Era um trabalho de pesquisa, de estar atento aos acontecimentos, de olharem o contexto e a partir dele trazerem para sala de aula o que mais lhes chamava a atenção. Por outra perspectiva a parte da atividade de intervenção, que era a aula com os conteúdos da disciplina de Sociologia, foi denominada pelos estudantes de

lado de dentro, ou seja, aquele momento por volta de 25 a 30 minutos do tempo da aula, em que todo o contexto trazido pelos alunos era analisado e discutido pela ótica do conteúdo proposto para aquele dia.

Por conseguinte, e para a finalização da atividade, após um período de aulas em que conciliávamos os conhecimentos de fora e de dentro da sala de aula, os alunos eram convidados a produzirem uma imagem que mostrasse seus pontos de vista sobre as eleições e os candidatos. O objetivo desta ação era perceber, num primeiro momento, se o contexto de polarização extrema observado na política nacional era captado de alguma forma pelos estudantes e de que maneira eles enxergavam esse fenômeno político. Na medida em que este objetivo era atingido, outras situações eram vistas nas produções das imagens, como o entendimento dos estudantes em relação à participação política, a importância de conhecer as propostas dos candidatos, na análise das *'fake-news'* e na compreensão da importância da defesa da Democracia.

A realização dos desenhos ocorreu em duas ocasiões. No 3º B no dia 20 de setembro, terça-feira, antes da realização do primeiro turno e a segunda produção dos desenhos foi feita numa sexta-feira, dia 28 de outubro de 2022, dois dias antes do segundo turno das eleições de 2022. No 3º E, os encontros para a produção foram nos dias 21 de setembro de 2022, numa quarta-feira, e no dia 24 de outubro, numa segunda-feira, seis dias antes do fim das eleições. Todos os encontros foram realizados na sala de arte do colégio, organizada com os materiais que os estudantes iriam utilizar para a atividade. Ressalto aqui que a atividade só foi possível de ser realizada devido ao seu encaminhamento interdisciplinar durante as produções, visto que com uma aula apenas por semana não seria viável desenvolvê-la. Neste momento, a presença da disciplina de Arte foi essencial na disposição do espaço e dos materiais e da Prof. Alair Wendpap, que estava à frente da disciplina, ao ceder algumas das suas aulas para a conclusão da minha atividade de intervenção.

A intenção a partir deste momento é compreender os desenhos produzidos pelos estudantes, os relacionando com as discussões e conteúdos vistos em sala de aula. Para tanto, divide o trabalho em dois momentos: os desenhos produzidos antes do primeiro turno e os produzidos antes do segundo turno.

3.1 PRIMEIRO TURNO

Durante a primeira fase dos desenhos, os conteúdos vistos em sala de aula, conforme o planejamento do LRCO (Livro Registro de Classe Online), eram todos voltados ao tema de Estado, Política e Cidadania. Nos dias 20 e 21 de setembro de 2022, fizemos nossa primeira produção de desenhos. Neste momento, estávamos discutindo em sala de aula o assunto sobre Estado no Brasil, que estava dividido em quatro fases: Colônia e Império, República Velha, Era Vargas e Populismo, e Ditadura e Redemocratização. Vale ressaltar que, desde o início do ano letivo, os estudantes já vinham discutindo temas e assuntos sobre Poder, Formação do Estado Moderno, Estado para os clássicos da Sociologia e sobre os tipos de Estado. No entanto, na semana anterior à primeira produção dos desenhos, o assunto discutido com os estudantes foi sobre Ditadura e Redemocratização, o que de alguma forma aparece nos desenhos.

Como suporte para as aulas e para os estudantes, além do material disponibilizado pela SEED via LRCO, utilizei o capítulo seis do livro didático *Sociologia em Movimento* (2016), escolhido pelos docentes da escola como livro da disciplina no programa PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Outro texto muito visto e trabalhado nas aulas foi extraído do livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (DE CARVALHO, 2004). Um trecho do seu texto que foi muito comentado pelos alunos na semana da primeira produção dos desenhos, foi o da Ditadura Militar, ao falarmos sobre o AI-5. E justamente num período em que a sociedade brasileira, por meio de alguns grupos mais conservadores, pedia a volta dos militares.

O Ato Institucional nº5 (AI-5) foi o mais radical de todos, o que mais fundo atingiu direitos políticos e civis. O Congresso foi fechado, passando o presidente, general Costa e Silva, a governar ditatorialmente. Foi suspenso o habeas corpus para crimes contra a segurança nacional, e todos os atos decorrentes do AI-5 foram colocados fora da apreciação judicial. Paralelamente, começaram as cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos de deputados e vereadores, demissão sumária de funcionários públicos. Quando, em 1969, o presidente sofreu um infarto, os militares não permitiram que o vice-presidente, Pedro Aleixo, um civil da extinta UDN, assumisse o governo, de acordo com a lei. Uma junta militar assumiu, escolheu um sucessor e reabriu o Congresso para que este referendasse a escolha. Em outubro de 1969, tomou posse na presidência o general Garrastazu Médici. Na mesma data, foi promulgada nova Constituição, que incorporava os atos institucionais. Sob o general Médici, as medidas repressivas atingiram seu ponto culminante. Nova lei de segurança nacional foi introduzida, incluindo a pena de morte por fuzilamento. A pena de morte tinha sido abolida após a Proclamação da República, e mesmo no Império já não era aplicada. No início de 1970, foi introduzida a censura prévia em jornais, livros e outros meios de comunicação. Isto significava que qualquer publicação ou programa de rádio e televisão tinha que ser submetido aos censores do governo antes de ser levado ao público. Jornais, rádios e televisões foram obrigados a conviver com a presença do censor. Com frequência, o governo mandava instruções sobre os assuntos que não podiam ser comentados e nomes de pessoas que não podiam ser mencionados. (DE CARVALHO, 2004, p.161-162). Trecho utilizado na aula

Ao mesmo tempo, para contribuir com as discussões em sala de aula, os alunos traziam suas pesquisas sobre as notícias e as informações dos candidatos. Foram trazidos neste momento para a aula temas como violência nas eleições, os debates, a vacina contra o covid-19, mas o que mais chamou a atenção e que repercutiu nas duas turmas da intervenção foi o discurso do então presidente da república no dia 07 de setembro, dia da Independência do Brasil. Todos os contextos que os estudantes estavam vivendo naqueles dias que antecederam a produção dos desenhos, ou seja, a discussão sobre Ditadura, Democracia e os acontecimentos midiáticos, contribuíram para o desenvolvimento da atividade.

Outro fenômeno interessante que surgiu durante o desenvolvimento da atividade foram os critérios utilizados pelos estudantes para a formação e pertencimento ao grupo. Aqueles mais comuns que vemos entre estudantes, como gosto musical, afinidades com um tipo de esporte, preferências de filmes ou séries, estilos de roupas etc., deram espaço para preferências político-ideológicas, ser contra ou a favor de armamento, entre quem defende a família ou quer liberar aborto, ou seja, outras nuances na formação de grupos e, para além disso, de identidades entre os jovens e estudantes. Percebi colegas que jogavam vôlei juntos no mesmo time entrarem para a aula e ficarem em grupos diferentes por causa de

suas escolhas políticas. Escolhas, que pude observar, que os estudantes já traziam de suas famílias ou da igreja que participavam e que nem sempre eram fruto de um pensamento crítico. A partir disso, pude verificar que tanto a produção dos desenhos quanto o espaço das aulas se tornaram uma espécie de 'campo de batalha' onde um grupo queria convencer o outro de que sua posição era melhor e, quem sabe, ainda persuadir algum colega a mudar de grupo. Além dos desenhos, cada equipe foi convidada a escrever brevemente numa ficha uma síntese do seu desenho. Os desenhos e o material produzidos nesta etapa da intervenção são os seguintes.

FIGURA 4 – IMAGEM 01



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 5 – IMAGEM 02

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favorello
Turma: 3B - manhã

Estudantes
(Equipe):

Camilla Leticia
Stephanie
Michele
Daymara
Letícia
Amancia dos Santos

Breve descrição do quadrinho:

Os quadrinhos mostram
todos os anos que o candidato
presidente teve uma fala
incoerente.

Justificativa:

Porque é uma fala incoerente desde
que ele estava na pré-candidatura.

FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 6 – IMAGEM 03



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 7 – IMAGEM 04

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favoretto
Turma: 3B - manhã

Estudantes (Equipe): Ana Julia Vieira
Pedro Henrique

Breve descrição do quadrinho: Debate dos candidatos e
mostrar as propostas deles.

Justificativa: Mostrar para as pessoas as propostas
que os candidatos apresentaram em rede
nacional, e conscientizar as pessoas
sobre a importância do voto.

FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 8 – IMAGEM 05



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 9 – IMAGEM 06

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favoretto

Turma: 3E - manhã

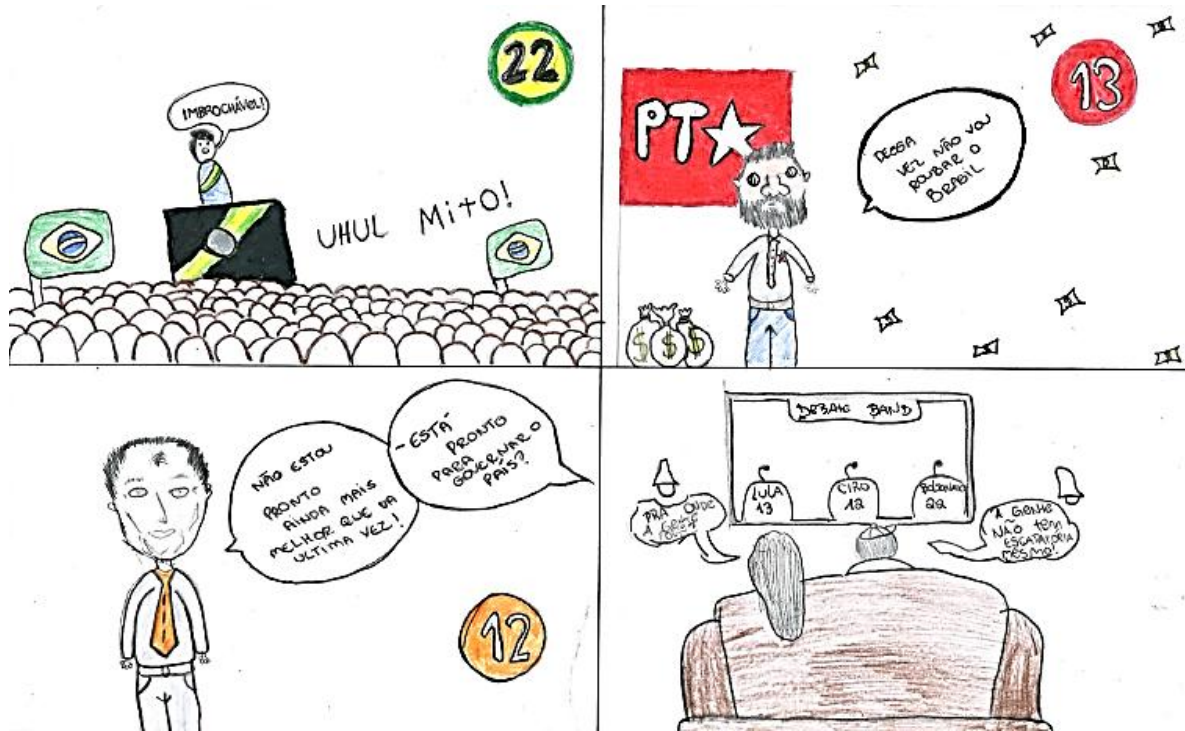
Estudantes
(Equipe): Emanuel Costa
Emily Eduarda
Laura Prado
Henrique Dantes
Nicholas Hernandez
Felipe Augusto
Stephany Oliveira

Breve descrição do quadrinho: Falas dos candidatos a
presidência com um cidadão
sem saber o que fazer

Justificativa: Crítica social aos candidatos
que falam besteiras ou que
a população não tem escuta

FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 10 – IMAGEM 07



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 11 – IMAGEM 08

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favoretto
Turma: 3E - manhã

Estudantes
(Equipe): Giovanna Oliveira n.º 14
Yarmin n.º 29
João Lucas n.º 19

Breve descrição do quadrinho: Discursos eleitorais de 3 candidatos
diferentes.

Justificativa: porque foram os ocorridos mais polémicos nos
últimos dias.

FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 12 – IMAGEM 09



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

3.2 SEGUNDO TURNO

Neste período de produção dos desenhos para o segundo turno, os conteúdos discutidos em sala ainda eram sobre Estado e Política, porém com assuntos como Cidadania, Violência, Direitos e Direitos Humanos. Exatamente na semana de 24 a 28 de outubro, quando foram feitos os desenhos, o conteúdo em sala de aula, de acordo com o LRCO, era sobre Direitos Cívicos, Políticos e Sociais. E assim como na primeira produção dos desenhos, nesta fase também os conteúdos e discussões de sala de aula eram acompanhados pelas notícias e informações que os estudantes traziam sobre o contexto das eleições ou dos candidatos. Acontecimentos como o desmatamento da Amazônia, entrevistas dos candidatos a emissoras de TV, os debates e o acontecimento do “pintou um clima” em que o então presidente da república faz uma fala de cunho sexual, remetendo à ideia de exploração sexual de meninas menores, numa comunidade em Brasília. Todos esses acontecimentos serviram para iniciar nossas aulas e também como porta de entrada para abordarmos o conteúdo proposto para a disciplina.

Aqui, como na primeira produção, os pilares da atividade estavam, além do material trazido pelos estudantes, no capítulo sete do livro didático *Sociologia em Movimento* (2016), mais precisamente no item sobre Democracia, Cidadania e Direitos Humanos no Brasil, e também no trecho do livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (DE CARVALHO, 2004), que apresenta os tipos de cidadão. O plano de aula completo deste momento da intervenção encontra-se no anexo 01.

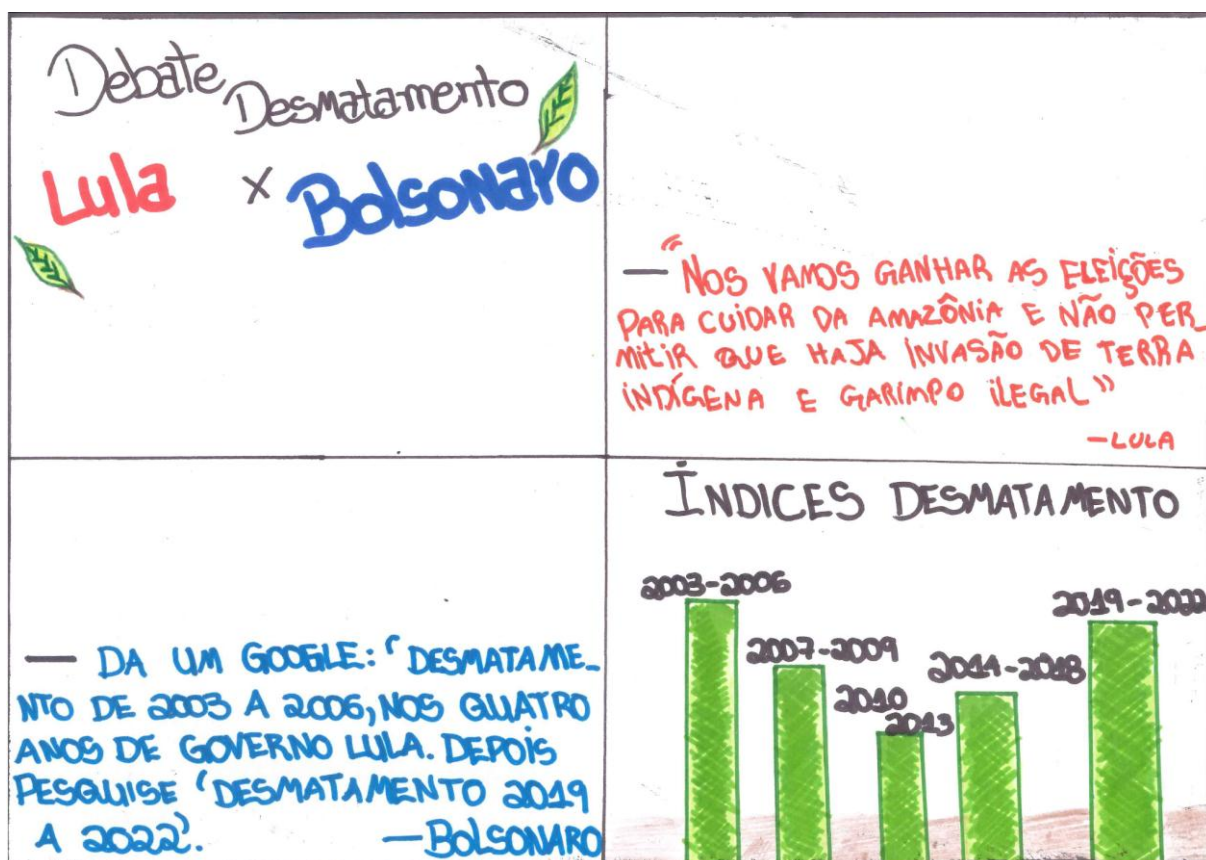
Do ponto de vista da garantia dos direitos civis, os cidadãos brasileiros podem ser divididos em classes. Há os de primeira classe, os privilegiados, os “doutores”, que estão acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social. Os “doutores” são invariavelmente brancos, ricos, bem vestidos, com formação universitária. São empresários, banqueiros, grandes proprietários rurais e urbanos, políticos, profissionais liberais, altos funcionários. Frequentemente, mantêm vínculos importantes nos negócios, no governo, no próprio Judiciário. Esses vínculos permitem que a lei só funcione em seu benefício. (...) Para eles, as leis ou não existem ou podem ser dobradas. Ao lado dessa elite privilegiada, existe uma grande massa de “cidadãos simples”, de segunda classe, que estão sujeitos aos rigores e benefícios da lei. São a classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais. Podem ser brancos, pardos ou negros, têm educação fundamental completa e o segundo grau, em parte ou todo. Essas pessoas nem sempre têm noção exata de seus direitos, e quando a têm carecem dos meios necessários para os fazer valer, como o acesso aos órgãos e autoridades competentes, e os recursos para custear demandas judiciais. Frequentemente, ficam à mercê da polícia e de outros agentes da lei que definem na prática que direitos serão ou não respeitados (...). Para eles, existem os códigos civil e penal, mas aplicados de maneira parcial e incerta. Finalmente, há os “elementos” do jargão policial, cidadãos de terceira classe. São a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelos, menores abandonados, mendigos. São quase invariavelmente pardos ou negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta. Esses “elementos” são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis. Receiam o contato com agentes da lei, pois a experiência lhes ensinou que ele quase sempre resulta em prejuízo próprio. Alguns optam abertamente pelo desafio à lei e pela criminalidade. (...). Para eles vale apenas o Código Penal. (DE CARVALHO, 2004, p. 215-217). Trecho utilizado na aula

Nesta altura da atividade, as escolhas começaram a ficar mais estreitas e mais polarizadas. Já não tínhamos tantos candidatos como no primeiro turno e, portanto, era o momento de se fazer escolhas mais abertas e optar por um dos lados da disputa presidencial. Os estudantes, tanto do 3º B quanto do 3º E, estavam mais divididos e com pouca disposição para mudanças. Alguns alunos, nesta etapa da atividade, optaram por não fazer os desenhos para não se exporem, pois tinham medo e receio de alguma retaliação por parte de colegas. Foi o que ocorreu com a aluna Vitória do 3º E, que preferiu colaborar nas aulas e nas discussões, mas não quis produzir os desenhos com sua equipe com receio de que o desenho chegasse até seus pais, pois a posição dela politicamente era contrária à da sua família, e ela temia sofrer algum tipo de ‘punição’ ou ‘castigo’ de seus pais. Nas palavras da própria estudante, “eu encontro na sala um espaço para me mostrar nas minhas preferências, o mesmo não é na minha casa”. Neste momento, é que a pergunta

levantada ainda no projeto da intervenção foi respondida, ou seja, será que os estudantes percebem a polarização política em que vivemos atualmente? E ao perceberem, será que esta polarização os afeta de alguma forma?

Os desenhos e o material produzidos nesta etapa da intervenção são os apresentados a seguir.

FIGURA 13 – IMAGEM 10



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 14 – IMAGEM 11

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

SEGUNDA ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favoretto
Turma: 3E - manhã

Estudantes (Equipe): Rafael 31 e Lucas 21

Breve descrição do quadrinho: Debate do Lucas e Rafinha no
globo sobre o desmatamento

Justificativa: Porque acreditamos que o desmatamento e
a preservação do meio ambiente é muito im-
portante em um debate político.

FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 15 – IMAGEM 12



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 16 – IMAGEM 13

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

2 ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favoretto
Turma: 3E - manhã

Estudantes
(Equipe):

William
Bertini
Emily G
Emily E

Breve descrição do quadrinho:

Um livro interessado de
Balsamor no jornal Nacio-
nal, faz algo bem comento-
do pelo seu palavras

Justificativa:

foi um assunto bem comentado entre
os brasileiros

FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 17 – IMAGEM 14



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 18 – IMAGEM 15

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

2º ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favoretto
Turma: 3E - manhã

Estudantes
(Equipe):

Giovanna Oliveira nº 14
Yasmin nº 29
João Lucas nº 19

Breve descrição do quadrinho:

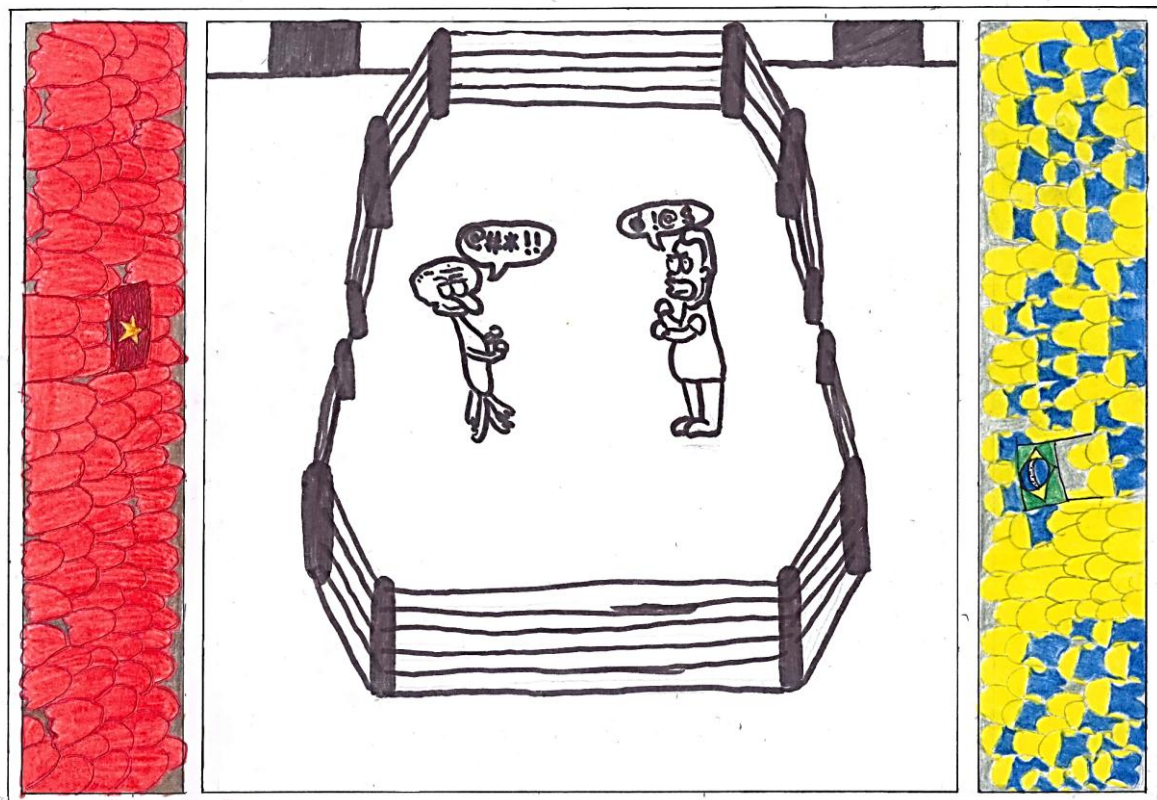
Falamos sobre as fake news das duas
candidatas a presidência.

Justificativa:

o mídia muito das vezes faz de tudo
para ganhar / para mais votos, por isso
fornecem a informação das notícias falsas. As
fake news criadas no período de eleições
com qualidade, e pode mudar a mentalidade
dos eleitores;

FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 19 – IMAGEM 16



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 20 – IMAGEM 17

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

2ª ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favoretto
Turma: 3E - manhã

Estudantes
(Equipe): Eduarda
Linna Julia
Eleni
Thaléria Santos
Marce
Debora (Não fez nada.)

Breve descrição do quadrinho: Em um quadrinho temos um
grupo de pessoas, meninos no
lado direito e meninas vermelhas
no esquerdo, os meninos tem um
ring onde 2 personagens mais que
discutindo/brigando.

Justificativa: Como foi para segundo turno, nós repre-
sentamos os presidentes que ficaram dis-
putando o cargo

FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 21 – IMAGEM 18



FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 22 – IMAGEM 19

COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

2º ATIVIDADE DE INTERVENÇÃO

Prof. Carlos Favoretto
Turma: 3E - manhã

Estudantes
(Equipe):

Gisela Gomes	13
Helena Nunes	15
Henrique Gonçalves	16
Luca Costa	30

Breve descrição do quadrinho:

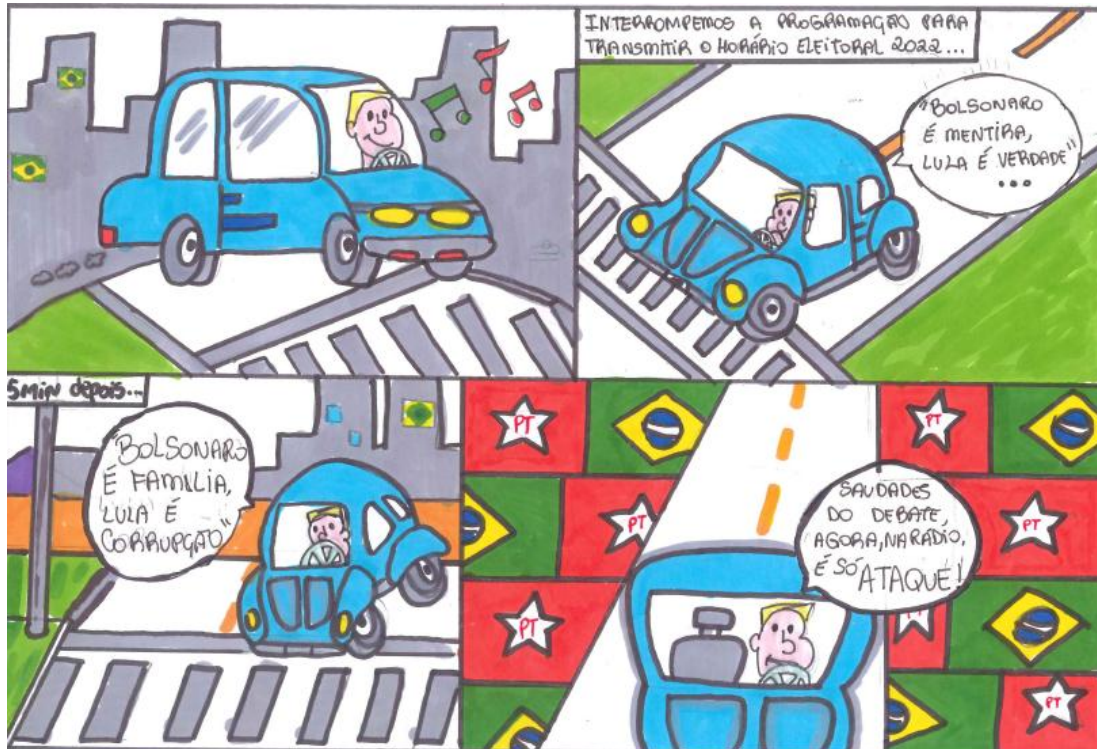
Fake news no debate do 2º turno

Justificativa:

Porque foi um assunto bastante comentado durante as eleições.

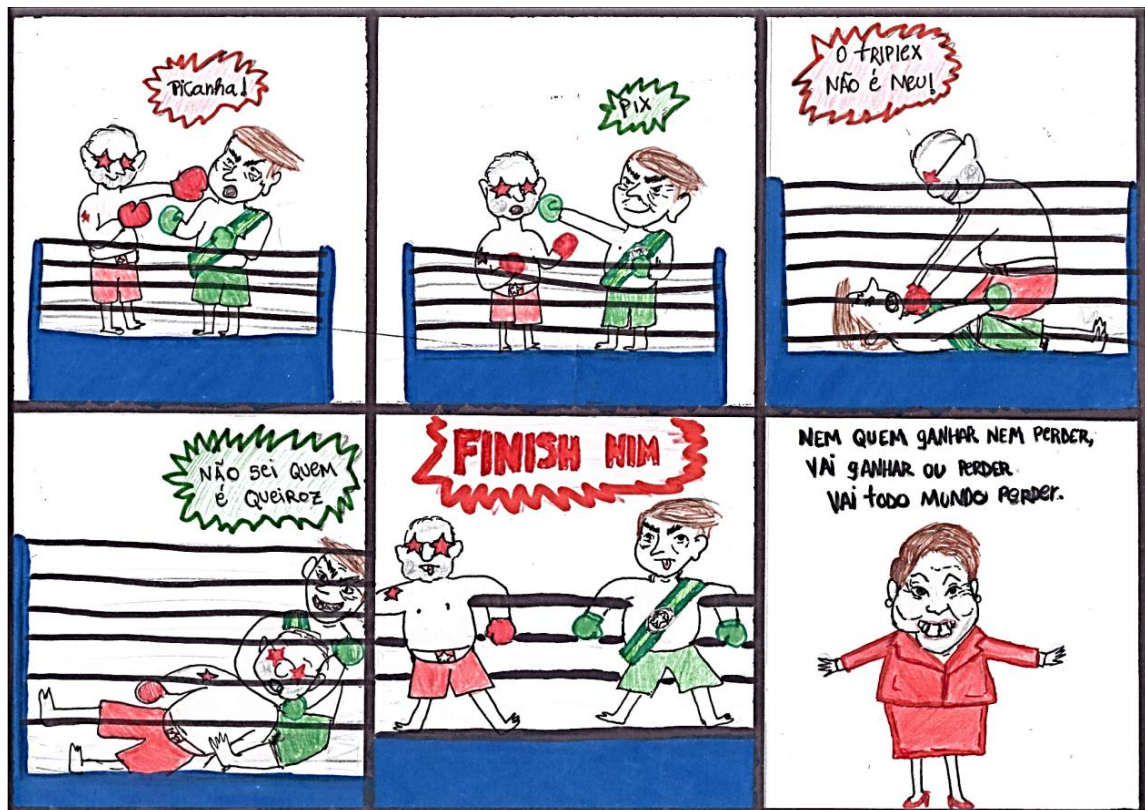
FONTE: Elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 23 – IMAGEM 20



FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 24 – IMAGEM 21



FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

4 O QUE APARECEU NOS DESENHOS

A professora Pinheiro-Machado (2018), ao escrever sobre os achados que fez em relação à sua pesquisa na localidade de Morro da Cruz, na periferia de Porto Alegre, diz que o achado mais importante foi que os jovens são muito mais flexíveis e abertos ao diálogo em profundidade do que se pode imaginar no senso comum midiático. Eu diria que uma das revelações da intervenção que fiz com os terceiros anos foi justamente esta: os jovens estudantes são mais receptivos e abertos às discussões políticas quando estimulados e incentivados pela sua própria realidade. Contrariando assim não somente o senso comum midiático, como posto pela professora, mas o próprio senso comum de pais e alguns professores que acreditam que os jovens não se interessam por política. Sim, talvez o jovem e o estudante não se interessem por política, mas isso está muito mais relacionado à forma como a política é apresentada para a juventude do que necessariamente ao seu interesse por ela. É a política que pega transporte coletivo lotado, que anda em ruas esburacadas, que espera uma consulta médica por meses, que aguarda uma vaga na creche, que está no cardápio da merenda escolar, no número de aulas vagas e de professores adoecidos nas escolas, na violência policial, enfim, essa política cotidiana que atravessa a vida das pessoas comuns que interessa aos jovens.

Neste contexto e com esse estímulo, foram feitos os desenhos sobre o período eleitoral de 2022, sempre tentando estabelecer um diálogo entre a política e a realidade do estudante. O propósito na produção do desenho era que cada equipe pudesse externalizar sua percepção política através dele. Percepção que foi permeada pela experiência que esse estudante obteve, seja na sala de aula, na família ou em seus grupos de socialização. A partir de agora, em alguns desenhos, colocarei um olhar mais detalhado para desvelarmos um pouco mais estas percepções dos estudantes.

Um dos eventos que mais parecem ter afetado a percepção política das turmas em que realizei a intervenção foi a gestão da pandemia.

FIGURA 25 – IMAGEM 22



FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

Nesse desenho, a equipe trouxe algumas falas do então presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre a volta da Ditadura Militar e sobre a Pandemia. Aqui, os alunos reproduziram uma conversa em que um interlocutor, que não aparece no desenho — dando a entender, pela explicação dos próprios estudantes, que poderia ser qualquer cidadão — pergunta: "Presidente, o que o senhor tem a dizer sobre as mortes causadas pelo novo coronavírus?" e o presidente responde: "Não sou coveiro, tá ok!" Este episódio ocorreu em 20 de abril de 2020, data em que o Brasil já registrava 2.575 mortes e 40.581 casos confirmados de pessoas contaminadas pelo coronavírus. O então presidente, Jair Bolsonaro, ao ser perguntado sobre as mortes durante uma entrevista, respondeu que não era coveiro. Até essa data, o Brasil já contava com um número alarmante de casos e mortes em decorrência do covid-19, explicitando a ausência de uma política efetiva no combate ao vírus e o descaso pelas mortes (TEIXEIRA; SILVA, 2022), como mostra o GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1 – MORTES CAUSADAS PELO CORONAVÍRUS NO BRASIL

Mortes por coronavírus no Brasil

Total de óbitos causados pelo coronavírus Sars-Cov-2, segundo o Ministério da Saúde



Mortes por Covid-19 no Brasil até 20/04 — Foto: Arte/G1

FONTE: Infográfico do Ministério da Saúde republicado pelo portal G1.

A ocorrência deste fato se deu há mais de dois anos do dia em que os estudantes fizeram o desenho, em 23 de setembro de 2022. Isso mostra que os jovens estudantes do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Paulo Leminski estavam, sim, atentos aos fatos da realidade brasileira e utilizando essa realidade para compor sua percepção política, visto que o desenho foi proposto durante um período eleitoral para que o aluno pudesse se expressar como cidadão e eleitor. E justamente sobre esse período de negacionismo da ciência, de movimentos antivacina, de descaso pelas vítimas e pelas mortes em decorrência da pandemia, e pela forma desigual no tratamento às vítimas, trouxemos para

discussão algumas das lições de Morin (2020) sobre o coronavírus, e entre elas, a que mais se destacou foi a lição sobre a gestão da pandemia.

A epidemia atingiu o mundo de modo desigual. Embora tudo ainda esteja evoluindo enquanto escrevemos, algumas regiões nos países afetados e alguns países do mundo parecem estar sendo relativamente poupados, como a Islândia ou alguns países africanos -- talvez a pequena densidade demográfica constitua uma proteção. Outros, ao contrário, passam por terríveis ondas de contaminação e óbitos, como, em primeiro lugar, o Brasil, que vive uma tragédia por ter no comando um presidente irresponsável, bem como o Peru, os Estados Unidos e o México. Em Lima, capital do Peru, a falta de abastecimento de alimentos obrigou centenas de milhares de trabalhadores originários do interior, mas alojados nas cidades para trabalhar, a voltar para suas aldeias a pé, por falta de transportes, muitas vezes a centenas de quilômetros de distância. Do mesmo modo, as medidas sanitárias, muito diversificadas, tiveram eficácia desigual. Nos países do Sul, o estado de penúria latente sempre aguçou a inventividade. A urgência sanitária provocou intensa criatividade. Também estimulou a ajuda mútua e o socorro aos mais pobres por meio da distribuição em massa de alimentos. A França e alguns outros países ocidentais mostraram-se despreparados e falhos, enquanto países do Extremo Oriente (Vietnã, Coreia do Sul) ou do Norte da África (Marrocos) enfrentaram o problema de modo mais eficiente. No Marrocos, sob enérgico impulso do Estado, foi constituído um fundo de solidariedade de três bilhões de euros já no início da crise, por meio de doações de empresas e de pessoas físicas. Por esse motivo, em tempo recorde, o número de leitos de UTI duplicou, e hotéis e clínicas particulares foram postos à disposição dos pacientes da Covid-19. (MORIN, 2020, p.30-31).

Outro olhar atento dos estudantes ao realizarem os desenhos foi em relação às notícias falsas, ou mais conhecidas como “*fake news*”. Podemos observar um desenho onde os alunos da equipe tentam demonstrar a manipulação de notícias com um “corretivo mágico” e, no frasco do corretivo, uma estrela, fazendo uma referência indireta ao Partido dos Trabalhadores (PT), que tem uma estrela como símbolo. Outra equipe colocou *fake news* no centro do debate entre os candidatos. As dificuldades na escolha de um candidato se deram, em certa medida, segundo uma das equipes, ao fato de que, a todo instante, havia uma notícia ou um fato falso sendo divulgado por ambos os lados em disputa. Inclusive, relata a equipe, *fake news* em relação à religião, como bem demonstraram no desenho que fizeram, onde o candidato Bolsonaro teve que se explicar ao ser visto em uma loja maçônica e o candidato Lula afirmou, após diversas notícias falsas dizendo que ele era adepto ao satanismo, que era cristão e católico.

De certa forma, em todos os desenhos produzidos nota-se a polarização política. Em alguns desenhos, ela surge como agressiva, com ataques e acusações de todos os lados. O desenho que melhor retrata essa situação vivida durante o

período eleitoral de 2022 é aquele em que vemos os dois candidatos representados pelo personagem ‘Lula Molusco’, do desenho infantil ‘Bob Esponja’, e o ‘Palhaço Bozo’, personagem da TV brasileira nos anos 1980. No desenho, a equipe coloca os dois personagens no centro de um ringue, sendo que a torcida de um é vermelha com uma estrela, e a do outro, uma torcida amarela com a bandeira do Brasil. Polarização e *fake news* que confundem e atrapalham o debate político sério e que respeite, acima de tudo, o eleitor. Uma argumentação para este debate, como os estudantes viram, veio de um artigo de Miguel (2019), que diz:

[...] assimétrica ou não, a polarização leva à redução da possibilidade de debate entre grupos políticos concorrentes e, por isso, é um componente presente na definição de *fake news*. A disseminação de inverdades com o objetivo de atingir adversários políticos não é nova. Mas as *fake news* contemporâneas possuem características próprias. Podem ser motivadas por interesses políticos ou, então, apenas econômicos – como os ‘caça-cliques’, que, como regra, são alheios às disputas nas quais intervêm e estão buscando apenas a remuneração de publicidade gerada pelo aumento do tráfego em seus canais na web. (MIGUEL, 2019, p. 47).

Outra produção muito emblemática realizada pelos estudantes do terceiro ano sobre o processo eleitoral de 2022 foi o desenho em que o presidente, candidato à reeleição na ocasião, aparece representado por uma arma de fogo, uma ‘pistola’, e, por onde o candidato circula, neste caso, a ‘pistola’, emite discursos de cunho sexual e machista, até culminar no grande discurso de 7 de setembro de 2022.

FIGURA 26 – IMAGEM 23



FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

Pode-se observar que no desenho da equipe há uma certa linha do tempo, composta integralmente pelas pesquisas dos próprios estudantes. Eles poderiam retratar apenas o evento do dia 07 de setembro de 2022, afinal, era o ano em que a atividade estava sendo realizada, e eu havia solicitado que a pesquisa para a produção dos desenhos se voltasse apenas para o período eleitoral. No entanto, os estudantes, fazendo uso de suas liberdades e autonomias, como tão bem já colocavam Freire (1996) e, mais recentemente, Rancière (2007) e Hooks (2013), foram além do que foi exposto pelo mestre/professor e trilham seu próprio caminho de pesquisa e de produção de conhecimento.

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo. (HOOKS, 2013, p. 25).

Os alunos utilizaram fatos desde 2018 para construir a imagem e representação do então presidente e candidato Jair Bolsonaro, o que mostra que, no entendimento desses estudantes, as falas e atitudes do candidato não são isoladas, mas sim resultados de um comportamento sexista, misógino e machista por parte do candidato (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Como resultado da pesquisa, a equipe dos alunos apresentou uma reportagem da BBC de 2022 que resumia bem esse perfil de Jair Bolsonaro.

FIGURA 27 – REPORTAGEM TRAZIDA PELOS ALUNOS

Imbrochável? 'Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil', diz psicanalista

Ricardo Senra - @ricksenra
BBC News Brasil em Londres

7 setembro 2022

FONTE: BBC News Brasil <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>

Por se tratar de jovens estudantes, claro que não poderia faltar o humor característico dos alunos. Uma das equipes, ao representar os candidatos lutando em um ringue, onde além de trocarem socos também trocavam acusações, fez um quadrinho com o desenho da ex-presidenta da República, Dilma Rousseff, dizendo: “Nem quem ganhar, nem perder, vai ganhar ou perder, vai todo mundo perder”. Mais

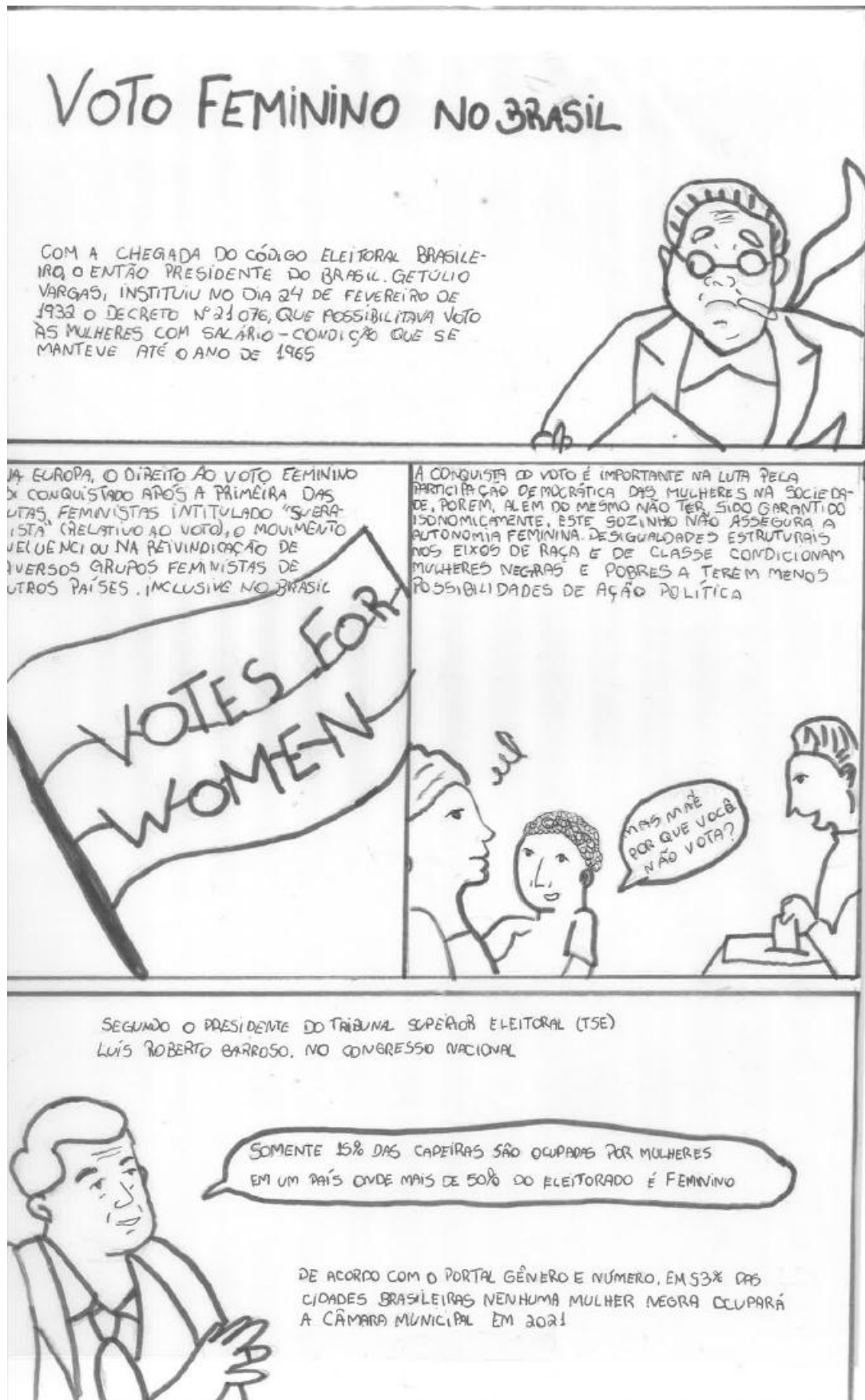
uma vez, a relação entre esses três personagens — Bolsonaro, Lula e Dilma — não foi uma sugestão do professor e orientador da intervenção, mas uma iniciativa da própria equipe durante as discussões em torno da produção do desenho. Isso demonstra, de certa forma, o trabalho de pesquisa que realizaram e a capacidade de relacionar, inclusive de forma bem-humorada, um contexto extremamente polarizado das eleições de 2022 com uma fala de um personagem político de outro período.

Uma situação que chamou a atenção no desenvolvimento, não apenas dos desenhos, mas da intervenção como um todo, e que também pude observar no trabalho de pesquisa das professoras Pinheiro-Machado e Scalco (2018), foi o protagonismo das meninas nas discussões políticas. Ao escreverem sobre as ocupações das escolas em 2016, as professoras mencionam:

[...] uma das características das ocupações das escolas que se alastraram país afora, foi o protagonismo político das meninas adolescentes. Além das ocupações em si, o Brasil pós-2013 se caracteriza pela multiplicação de coletivos negros, LGBTQs e feministas, marcados pela lógica autonomista da descentralização e horizontalidade. Nos últimos anos, nas escolas do Morro, houve uma explosão de meninas que se declaram feministas. Isso não é apenas inédito como chega a ser revolucionário no sentido de rompimento de estruturas sociais e modelos hegemônicos de masculinidade que se perpetuavam na zona urbana periférica. De forma eloquente, muitas meninas vêm falando e disputando narrativas políticas no ambiente de sala de aula e fora dele. (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018, p. 8)

Essas atitudes e posicionamentos das meninas nas escolas do Morro também foram observados, em certa medida, entre as meninas do Colégio Paulo Leminski. As discussões, debates e comentários muitas vezes eram iniciados por elas, que frequentemente consideravam suas opiniões sobre os direitos conquistados pelas mulheres. Um exemplo frequentemente citado em sala de aula pelas alunas foi a conquista do direito ao voto feminino. Um desenho feito durante a atividade de intervenção por um grupo de meninas referiu-se exatamente a isso, destacando o valor do voto feminino.

FIGURA 28 – IMAGEM 24



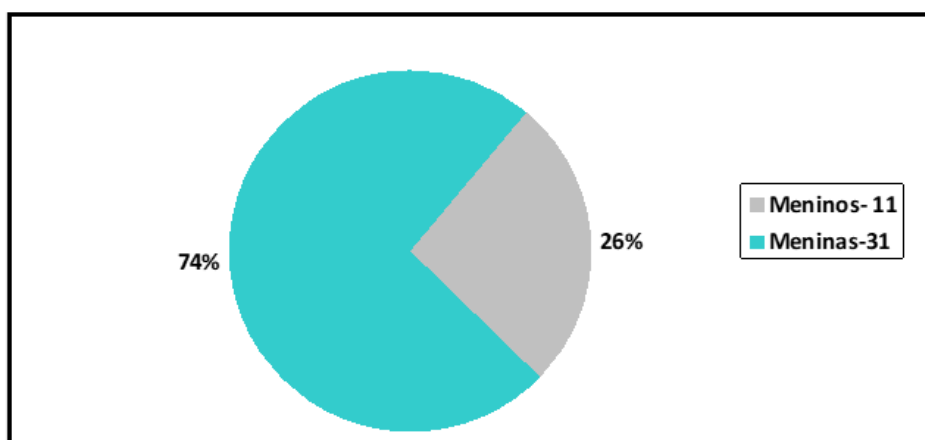
FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

As meninas mostraram-se muito mais dispostas ao diálogo e ao debate em sala de aula. Já os meninos, ao perceberem que seus argumentos estavam se desgastando, frequentemente interrompiam a discussão, às vezes recorrendo a palavrões e comentários ofensivos. Poucas vezes precisei intervir, pois as meninas, unidas, conseguiam transformar até mesmo comentários machistas e preconceituosos em vozes solitárias, que muitas vezes se calavam por constrangimento. A consciência que as meninas demonstraram em valorizar temas ligados às mulheres na política também se refletiu na justificativa do desenho sobre o voto feminino.

Escolhemos esse tema porque o voto feminino foi lutado por 100 anos. Como foi demorado para ser conquistado, hoje precisamos valorizar e falar sobre a conquista das mulheres. Nosso grupo é composto por mulheres, por esse motivo escolhemos o tema (Equipe das meninas do 3ºE que produziram o desenho).

A presença feminina nas equipes foi muito significativa, com algumas equipes formadas exclusivamente por meninas. Das 10 equipes que preencheram a ficha de resumo da atividade de intervenção, 40% — ou seja, 4 equipes — eram compostas somente por meninas. Nas equipes restantes, a presença feminina era majoritária. O gráfico da composição das equipes, que separa os estudantes apenas por sexo, ilustra claramente a predominância delas.

GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DO SEXO DAS EQUIPES



FONTE: O autor (2024).

Essa presença das meninas nos debates públicos, seja na escola, em casa, no trabalho, nos seus grupos sociais e na sociedade em geral, foi importante não somente para determinar os rumos da atividade de intervenção em uma escola do Brasil, para dar um rumo diferente no cenário político mais amplo. Foram as mulheres — meninas ou adultas — que, junto com outros setores e movimentos mais progressistas, enfrentaram e resistiram aos excessos de um governo que incentivava um contexto político conservador, de negacionismo, desmonte dos direitos humanos e intolerância.

As meninas que fizeram os desenhos da intervenção e que se manifestaram politicamente através deles, mesmo não fazendo parte efetiva de um movimento feminista ou de um grupo de apoio às mulheres, estão, de certa forma, inseridas em um grande movimento feminista que está se consolidando na sociedade. Junto com outros setores marginalizados, elas estão sendo uma força de resistência contra os avanços da extrema direita no país. A professora Pinheiro-Machado (2019), em seu livro *O Amanhã Vai Ser Maior*, resume bem a importância do movimento feminista e da luta dessas meninas por um país melhor.

Quando o desespero bater sob o governo autoritário e misógino de Jair Bolsonaro, será importante olhar para a frente e lembrar que muita energia está vindo de baixo, e vai, aos poucos, atingir os andares de cima. É uma questão de tempo: as adolescentes feministas vão crescer, e o mundo institucional terá que mudar para recebê-las. Nossas conquistas em nível global são extraordinárias, mas muitos não lhe contarão isso. A onda feminista nos dará força para resistir. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 180).

Como escreve a autora, o mundo institucional terá que mudar para recebê-las. A realização desta intervenção pedagógica já demonstra, em certa medida, um pouco dessa mudança. A transformação da escola, apesar dos ataques conservadores e das investidas do mundo empresarial e do mercado liberal (SIBILIA, 2012; LAVAL, 2015; ZAN; KRAWCZYK, 2019), ainda pode criar espaços para a construção de um conhecimento que valorize o diálogo, a liberdade e a diversidade, especialmente quando esses valores encontram interlocutores como as mulheres — neste caso específico, as meninas alunas do Colégio Paulo Leminski.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o trabalho de intervenção com os alunos tinha como objetivo identificar de que forma os estudantes estavam lendo e entendendo o período eleitoral. O nosso objeto era o próprio período das eleições. As discussões iam acontecendo, os desenhos surgindo, e as interpretações dos candidatos e do contexto eleitoral iam tomando corpo, com a polarização política se manifestando tanto na produção dos desenhos quanto nas escolhas das equipes para o desenvolvimento da atividade. Tudo estava dentro do planejado e do proposto. No entanto, desde o início da atividade, surgiu uma pergunta: o que fazer com o resultado do trabalho dos alunos? Ou ainda, que encaminhamento dar aos desenhos que eles fizeram?

Durante o ProfSocio, mais precisamente na disciplina de Metodologia do Ensino, um texto do professor Carniel (2020) que definia o que era um Material Didático e que explorava novas possibilidades de construção deles, trouxe uma resposta para minha pergunta.

Materiais didáticos podem ser definidos como artefatos educacionais que são produzidos a partir da seleção, da montagem, da criação e da organização de determinados repertórios culturais para compor ferramentas pedagógicas. De modo geral, abrangem qualquer recurso físico, impresso, audiovisual ou digital que favoreça a sistematização e a tradução de saberes especializados em saberes escolares. Apresentam-se, então, como instrumentos de ensino que materializam concepções de educação, de escola, de docência, de educando, de currículo, de conhecimento e de aprendizagem. No entanto, a sua produção e utilização também envolve os significados socialmente conferidos aos conjuntos de técnicas e de suportes materiais disponíveis e fomentados a cada momento. Afinal, são esses significados que contribuem para definir os valores atribuídos ao material didático no desenvolvimento das habilidades e das atenções que se espera transmitir às próximas gerações (CARNIEL, 2020, p.221)

Longe de se apresentar como um material didático complexo e amplo, os desenhos podem ser vistos, conforme coloca o autor, como “instrumentos de ensino que materializam concepções de educação, de escola, de docência, de educando, de currículo, de conhecimento e de aprendizagem”.

Pensei, então, que os desenhos feitos durante a atividade de intervenção poderiam servir não apenas para gerar resultados para os estudantes que realizaram as atividades, mas, acompanhados por um texto teórico, poderiam adaptar-se como material ou instrumento de apoio pedagógico para próximas

turmas. Os materiais criados pelos estudantes estavam imersos nos significados e valores que cada aluno e cada equipe atribuíram a eles. Lembrando que os desenhos, as discussões e as observações dos alunos ocorreram durante o processo eleitoral de 2022, os estudantes estavam realizando uma atividade diretamente ligada ao que viam e vivenciavam na realidade social.

Assim, um estudante da mesma série ou estudando o mesmo assunto em um ano seguinte ou em alguns anos mais tarde poderia utilizar o material produzido por outro estudante como um instrumento de apoio. Ou seja, alunos criam conhecimento significativo, uma vez que os assuntos vistos em sala estão vinculados à sua realidade social, gerando conteúdo para que outros alunos possam construir e dar significados aos seus próprios conhecimentos em seus próprios contextos sociais.

Foi com essa perspectiva que, em 2023, ao ministrar aulas sobre o mesmo assunto — Estado, Poder e Ideologia — para a turma do 3º ano FDI (Formação de Docentes Integrado), utilizei os desenhos dos estudantes do ano anterior, que já não estavam mais na escola, como uma atividade final para reflexão sobre as últimas eleições no Brasil. Junto com um pequeno texto introdutório sobre a definição de política segundo Bobbio, deixei que a turma do 3º ano do FDI, composta por 25 estudantes, majoritariamente meninas, escolhesse o desenho que mais se aproximava do seu entendimento sobre a eleição de 2022. Os alunos foram bem receptivos à atividade, e poucos não participaram ou se manifestaram. Somente no final, depois de entregue, revelei à turma que os desenhos eram de alunos do ano anterior. A reação da turma foi de surpresa com a possibilidade de seus trabalhos terem a chance de serem usados por outros alunos no futuro. Seguem algumas dessas atividades.

FIGURA 29 – IMAGEM 25



FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 30 – IMAGEM 26



COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI
PROFSOCIO- UFPR



Nome: Sônia Garcia Coutinho Nº: 22 Série: 3ª Turma: B Data: 22/11

"Na teoria política contemporânea, mais em prevalência nos países de tradição democrático-liberal, as definições de Democracia tendem a resolver-se e a esgotar-se num elenco mais ou menos amplo, segundo os autores, de regras de jogo, ou, como também se diz, de "procedimentos universais". Entre estas: 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional."

Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI & Gianfranco PASQUINO: DICIONÁRIO DE POLÍTICA, Brasília: UnB, 12ªed., 2004 – Páginas 326-327

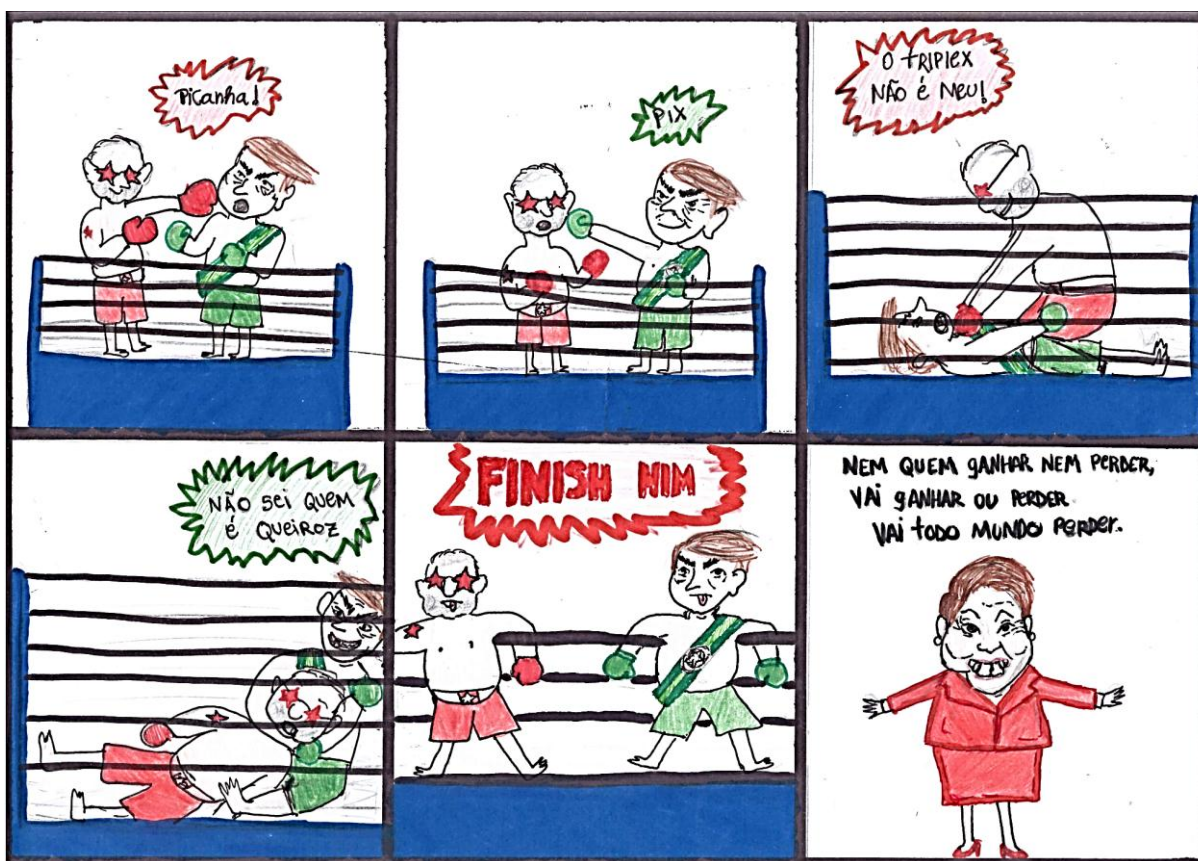
As eleições são fundamentais para o exercício da cidadania e para a consolidação de um sistema democrático. Tivemos recentemente em nosso país eleições para vários cargos políticos e entre eles para Presidente da República. Reflita e escreva de que forma a imagem, que está no verso desta folha, te ajuda a entender como foi o processo político eleitoral para Presidente em 2022?

Baseado na imagem e em minha experiência com as eleições 2022, creio que temos aqui uma crítica aos candidatos no geral. O "corretivo mágico" é aquele que vai apagar as coisas "ruins" e/ou erradas dos candidatos, mostrar apenas aquilo que está por cima, suas conquistas, seus feitos. A imagem mostra uma pessoa lendo uma notícia de um partido que usou o "corretivo mágico" para corrigir a história. Mas, como citei anteriormente, creio que todos usaram da mesma fórmula.

Atividade desenvolvida dentro do programa de Mestrado Profissional em Sociologia – PROFSOCIO/UFPR – Mestrando Carlos Eduardo Favoretto

FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

FIGURA 31 – IMAGEM 27



FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

Na primeira atividade apresentada, a estudante escolheu um desenho produzido por um aluno do terceiro ano em 2022. Naquele período, as notícias falsas e as mentiras espalhadas eram comuns durante as eleições, o que não ajudava em nada o processo eleitoral e a cidadania. Em vez disso, essas fake news serviam apenas como ferramentas nas mídias digitais para fortalecer um autoritarismo que almejava continuar no poder. A aluna do 3º ano do FDI, que não participou como eleitora nas eleições de 2022 e não estava acompanhando o período eleitoral como os estudantes envolvidos na intervenção, também percebeu que o período eleitoral foi marcado por candidatos que usavam esse “corretivo mágico” para apagar seu histórico de “coisas ruins e erradas”.

No outro desenho escolhido para a atividade, que retrata candidatos se atacando e se acusando constantemente, a estudante destacou a construção de “piadas, memes e falsos boatos” pelas campanhas eleitorais. Segundo ela, essa prática impede que os eleitores se concentrem nas “verdadeiras contribuições” dos

candidatos, prejudicando o acesso a informações relevantes e dificultando uma escolha mais informada.

FIGURA 32 – IMAGEM 28



COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI

PROFSOCIO-UFPR



Nome: Michelly Moreira Soares Pedro Nº: 19 Série: 3º Turma: B Data: 22/11

“Na teoria política contemporânea, mais em prevalência nos países de tradição democrático-liberal, as definições de Democracia tendem a resolver-se e a esgotar-se num elenco mais ou menos amplo, segundo os autores, de regras de jogo, ou, como também se diz, de “procedimentos universais”. Entre estas: 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional.”

Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI & Gianfranco PASQUINO: **DICIONÁRIO DE POLÍTICA**, Brasília: UnB, 12ªed., 2004 – Páginas 326-327

As eleições são fundamentais para o exercício da cidadania e para a consolidação de um sistema democrático. Tivemos recentemente em nosso país eleições para vários cargos políticos e entre eles para Presidente da República. Reflita e escreva de que forma a imagem, que está no verso desta folha, te ajuda a entender como foi o processo político eleitoral para Presidente em 2022?

Pela tirinha, podemos ter a visão de que o foco da eleição de 2022 foi as piadas, memes, falsos boatos e das contribuições menos importantes para a sociedade. Muitos deixaram a atenção das verdadeiras contribuições e propostas de lado, e por conta disso, poucos foram capazes de saber o que os candidatos estavam a fazer e cumprir, se deixando levar pelas rasas e indiferentes informações que foram sendo repassadas.

4

Atividade desenvolvida dentro do programa de Mestrado Profissional em Sociologia – PROFSOCIO/UFPR – Mestrando Carlos Eduardo Favoretto

FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

Um outro desenho utilizado para refletir sobre as eleições de 2022, foi um desenho muito emblemático produzido pelas alunas no período da intervenção. A imagem do candidato Bolsonaro representada numa arma.

FIGURA 33 – IMAGEM 29



FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

A aluna que fez a crítica ao desenho em que o então presidente Jair Bolsonaro é representado como uma arma de fogo ligou a imagem à sua postura e aos discursos machistas e sexistas do candidato. Além dessa observação, a aluna apontou que Bolsonaro ganhou as eleições de 2022, em parte, devido à sua posição favorável à liberação do armamento. Embora vários fatores tenham contribuído para a vitória de Bolsonaro, como destacado por pesquisas (PINHEIRO-MACHADO, 2019; MIGUEL, 2019), a aluna está correta ao reconhecer que o discurso a favor do armamento teve um impacto significativo. Este discurso beneficiou especialmente o grupo de eleitores conhecido como CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores), que recebeu apoio e incentivo durante a gestão de Bolsonaro.

FIGURA 34 – IMAGEM 30



COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI

PROFSOCIO- UFPR



Nome: Fernanda S.A. Nowinski Nº: 06 Série: 3ª Turma: BDI Data: 27/11/23

“Na teoria política contemporânea, mais em prevalência nos países de tradição democrático-liberal, as definições de Democracia tendem a resolver-se e a esgotar-se num elenco mais ou menos amplo, segundo os autores, de regras de jogo, ou, como também se diz, de “procedimentos universais”. Entre estas: 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional.”

Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI & Gianfranco PASQUINO: DICIONÁRIO DE POLÍTICA, Brasília: UnB, 12ªed., 2004 – Páginas 326-327

As eleições são fundamentais para o exercício da cidadania e para a consolidação de um sistema democrático. Tivemos recentemente em nosso país eleições para vários cargos políticos e entre eles para Presidente da República. Reflita e escreva de que forma a imagem, que está no verso desta folha, te ajuda a entender como foi o processo político eleitoral para Presidente em 2022?

A pistola na vitória refere-se ao ex-presidente Bolsonaro, que ganhou as eleições devido a proposta de liberação de armamento para a população. O ex-presidente durante um de seus discursos passou o tempo "imbrósseável", além de em diversos outros, ao decorrer de todo o seu mandato, ter alegado ser "imortável" e "incorrível", inclusive em entrevistas para a imprensa. Perquistando toda a população de analfabetos funcionais.

Atividade desenvolvida dentro do programa de Mestrado Profissional em Sociologia – PROFSOCIO/UFPR – Mestrando Carlos Eduardo Favoreito

FONTE: Desenho elaborado por estudantes do Colégio Estadual Paulo Leminski.

Essa crítica da aluna é bastante relevante e reflete um fenômeno que se tornou bastante evidente em muitos contextos políticos recentes. O conceito de "analfabetismo funcional"⁵ se refere a uma situação em que, apesar de as pessoas serem capazes de ler e escrever, elas têm dificuldades em compreender e interpretar informações de maneira crítica. Isso pode ser um fator importante na forma como notícias falsas e desinformação se espalham e influenciam o comportamento eleitoral.

Uma definição deste tipo de eleitor muito bem discutida por Pinheiro-Machado (2019), foi descrevê-los como “bolso-lovers” e “trolls”, ou seja, eleitores que mesmo letrados não conseguiam ler para além dos olhos e entender o atraso que estavam defendendo e que defendiam seu candidato quase como numa cruzada religiosa movida pelo fanatismo.

Um dos erros de avaliação do bolsonarismo é acreditar em tudo que vê na internet, na malha e ódio da extrema-direita. Os trolls possuem presença robusta na rede e fazem grande barulho. Quando são sujeitos de carne e osso – e não robôs –, eles representam uma parte restrita do leitorado, a mais fanática e fiel: aquela que vai as manifestações pró-Bolsonaro, pró-Moro e pede fechamento do Supremo Tribunal Federal. Nós encontramos vários desses bolso-lovers durante trabalho de campo (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 163)

Esses termos são um exemplo de como essas análises ajudam a compreender a dinâmica de apoio a certos candidatos e movimentos, mostrando como a compreensão crítica das informações e a capacidade de questionar são cruciais para a saúde da democracia. O fato de a aluna ter conseguido fazer essa conexão mostra que a atividade não só ajudou na reflexão crítica sobre o período eleitoral, mas também estimulou a capacidade dos alunos de fazer análises mais profundas sobre o impacto da informação e da desinformação na política.

Esta intervenção pedagógica, realizada em dois momentos – um pelos alunos durante as eleições e outro pelos alunos no ano seguinte às eleições – mostrou que é possível produzir conhecimento e conteúdo que sirva como instrumento pedagógico sobre política a todo tempo. Se levarmos em consideração

⁵ Analfabeto funcional segundo o verbete disponibilizado no site EducaBrasil, se refere ao tipo de instrução em que a pessoa sabe ler e escrever, mas é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas. Ou seja, o analfabeto funcional não consegue extrair sentido das palavras nem colocar ideias no papel por meio do sistema de escrita, como acontece com quem realmente foi alfabetizado. Disponível em <https://educabrasil.com.br/analfabetismo-funcional/>. Acesso em 18 jul. 2024.

que, a cada dois anos no Brasil, temos eleições, podemos utilizar esses momentos para interpretar e analisar o contexto político com os estudantes durante as eleições e, em um segundo momento, levar os resultados colhidos para outros alunos, da mesma escola ou de escolas diferentes. Dessa forma, a arquitetura da intervenção pedagógica deve cumprir um papel primordial: sua aplicabilidade deve ser viável em outras escolas, com contextos sociais diferentes, e deve gerar resultados tão surpreendentes quanto na sua origem.

Ao finalizar este texto, ocorrem no Brasil as eleições municipais, que estão, por assim dizer, mais próximas do eleitor, neste caso, dos estudantes. É o momento de escolher que tipo de gestão desejam para o posto de saúde, para o transporte público, para a manutenção das vias, para as praças e parques da cidade, para as creches e assim por diante. Nesse sentido, a ideia é propor para algumas turmas deste ano, que acompanhem as propostas e as notícias em torno dos candidatos durante a corrida eleitoral. Assim, ao final do período, criaremos conhecimento e conteúdo que poderão ser utilizados posteriormente. Dessa forma, criaremos um histórico de produções feitas por estudantes, sempre acompanhadas das discussões e da teoria da sala de aula, destinadas a outros estudantes. Penso que este tipo de atividade, de alguma forma, possa corresponder ao que o jovem espera da educação, principalmente os do ensino médio, fazendo sentido para sua realidade social. E, fazendo sentido para os estudantes, certamente fará sentido para a escola e para a Educação.

REFERÊNCIAS

- BAALBAKI, A. A. K. **Burocracia e Controle das Escolas Estaduais no Paraná: o Registro de Classes On-line**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, p. 116. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília, 1999.
- BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política. vol. 1**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998.
- BODART, C. N.; LOPES, G. M. A ciência política nas propostas curriculares estaduais de sociologia para o ensino médio. In: **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais** | Vol.1, nº.1 | p. 131-152| Jan./Jun. 2017
- CARNEIL, F. MATERIAIS DIDÁTICOS, o ensino de Sociologia e os; in BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (Orgs.). **Dicionário do ensino de Sociologia**. 1. ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020.
- CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253–268, 2008.
- DE CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o Longo Caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.
- DELEUZE, G. **Conversações**, 1972-1990. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992 (Coleção TRANS). 7ª reimpressão, 2008.
- FERREIRA, A. P. Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia. In: Áskesis, **Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR**, v.11, nº.02, p.69-92, julho-dezembro, 2022
- FONSECA, P. M.; COSTA, A. L. V. A democracia sob pressão: crise e sequência de autocratização no Brasil. **Revista Debates**, v. 17, n. 1, p. 11–40, 2023.
- FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GUIMARÃES, L. M. S. **O ensino remoto emergencial e o mal-estar docente: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia no Estado do Paraná diante da pandemia de covid-19**. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) - Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, P. 72. 2021.

HARARI, Y. N. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**, tradução de Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, **2013**.

LAHIRE, B. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia?. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, jan/jun, 2014, p. 45-61

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**, trad. Mana Luiza M. de Carvalho e Silva, Londrina, Editora Planta, 2004.

LEMINSKI, P. **Contranarciso**. Caprichos e Relaxos, 2013.

DE QUEIROZ, N. F.; DA SILVA, R. A.; DE SOUSA, M. R. C. A. Os efeitos da pandemia da COVID-19 no processo educacional no Brasil entre os anos de 2020 e 2021. **Revista Thema**, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 548–562, 2022.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete analfabetismo funcional. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2006. Disponível em <<https://educabrasil.com.br/analfabetismo-funcional/>>. Acesso em 18 jul. 2024.

MIGUEL, L. F. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. In: **Revista de Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 16 Nº 2. Julho a Dezembro de 2019

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MORIN, E. **É hora de mudarmos de via: lições do coronavírus**. 1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MOTA, F. A.; FORTE, J. P. S. A ascensão da extrema direita e os desafios ao estado democrático de direito no Brasil (2018-2022). **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 259-287, 2023.

OLIVEIRA NETO, O. T.; DANTAS, C. Pandemia e democracia: disputas de sentido e desinformação sobre a covid-19 a partir do Twitter do ex-presidente Jair Bolsonaro. **Revista Debates**, v. 17, n. 1, p. 139–161, 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares do Estado**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Instrução Normativa Conjunta Nº 011/2020 - Deduc/Dpge/Seed**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial curricular para o ensino médio do Paraná**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2021.

PILONETTO, I. A. **Educação, tecnologia e organização do trabalho docente: o ensino remoto no contexto da pandemia de Covid-19**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2022.

PINHEIRO-MACHACO, R. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHEIRO-MACHACO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU ideias**, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RAPCHAN, E. S.; CARNIEL, F. Como compor com um vírus!? Reflexões sobre os *animal studies* no tempo das pandemias. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 165–181, jan. 2021.

SANTORO FRANCO, M. A. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, 14 dez. 2016.

SANTOS, P. D.; PENTEADO, C. L. C.; ALMEIDA, L. D.; GOYA, D. H. Democracia sob ataque: polarização política e produção de conteúdos hostis no Twitter nas eleições de 2022. **Revista Debates**, v. 17, n. 1, p. 41–62, 2023.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes: A escola em tempos de dispersão**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, I. F.; ALVES NETO, H. F. O processo de elaboração da base nacional comum curricular (BNCC) no Brasil e a sociologia (2014 a 2018). In: **Rev. Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v.13, n.2, p. 262-284, maio/agosto. 2020.

TEIXEIRA, L. B.; DA SILVA, J. C G. **Bolsonarismo e necropolítica**: administração da morte e gerenciamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. 1. ed. Curitiba: Kotter Editorial, 2022.

ZAN, D. KRAWCZYK, N. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 607-620, set./dez. 2019

ANEXO 1 – PLANO DE AULA

Plano de aula – Estado, Cidadania e Direitos Humanos

Nome: Carlos Eduardo Favoretto
 Turma: B e E
 Período: 3º Ano 3º Trimestre
 Nº de alunos: 60 alunos
 Tempo de aula: 50 minutos
 Carga horária: 1 aula por semana
 Data: 24 a 28 de novembro de 2022

Competência: Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Habilidades:

(EM13CHS602). Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

(EM13CHS603). Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

Objetivos de aprendizagem: Conhecer aspectos fundamentais da formação de Estado autoritário e como, esta forma de Estado afetaria diretamente a Democracia e a Cidadania no cotidiano dos estudantes

Objetos de conhecimento: O poder e suas formas de exercício. Cidadania e direitos.

1. **CONTEÚDO**
 Estado, Cidadania e Direitos humanos
Objetivo Geral:

- Compreende a formação do Estado Moderno e suas diferentes formas, destacando a constituição do Estado Autoritário e a relação dele com a cidadania e os direitos humanos, fundamentalmente no Brasil.

Objetivos específicos:

- Identificar conceitos de democracia e autoritarismo
- Analisar sob quais bases governos autoritários são mantidos.
- Compreender os efeitos de governos autoritários podem ter na efetivação da Cidadania e dos Direitos Humanos no Brasil

2. PROBLEMATIZAÇÃO

a. Discussão:

A importância desse ensinamento é vasta e abrange diversas dimensões, contribuindo para o fortalecimento da democracia, o desenvolvimento social e a promoção da igualdade. Discutir democracia, autoritarismo, cidadania e direitos é compreender como nosso cotidiano está relacionado à nossa participação efetiva na construção da sociedade. No Brasil, a construção de uma sociedade democrática foi marcada por percalços no passado e ainda o é no presente. Se no passado vivemos momentos em que a participação popular foi suprimida por diferentes governos autoritários, no presente essa participação continua limitada pela repressão estatal e pela negação dos direitos básicos de cidadania e dos direitos humanos, principalmente aos pobres e marginalizados

b. Contextualização:

A ideia para contextualizar o tema com os alunos é iniciar discussão por eles mesmos, pela realidade social de cada um e no decorrer das aulas associar essas realidades particulares ao que acontece no Brasil, no que diz respeito à Democracia e a Cidadania. Utilizar assuntos já pesquisados e do conhecimento dos estudantes como as Eleições, o Armamento, a Criminalidade, Homofobia, Racismo enfim temas que estão a todo momento sendo produzidos e reproduzidos na sociedade brasileira e colocá-los em discussão na sala de aula à luz do conhecimento sobre Formação de Estado, Cidadania e Democracia.

c. Teorização:

Trazer para a discussão e sala um pouco da obra de Thomas Humphrey Marshall (1967) com a sua divisão dos Direitos em três estágios (Civil, Político e Social) ajudará o aluno a iniciar a construção do conhecimento sobre Cidadania de uma forma em que ele localize historicamente os contextos e as realidades em que cada tipo de direito surge. Após esta introdução com relação aos direitos utilizarei, conforme solicitado pelo LRCO, o trabalho do professor Bernado Sorj (2004) sobre aspectos da Cidadania. Para aprofundar essa discussão sobre Cidadania e Direitos no Brasil e entendermos que em nossa realidade a Cidadania ganha aspectos de hierarquização, de condicionamento e regulação outros autores muitos importantes entram para auxiliar os estudantes, como José Murilo de Carvalho (2012) que trará uma discussão de que no Brasil muitas vezes os direitos são vistos com uma concessão ou um benefício do Estado, nessa linha outro autor utilizado é professor Wanderley Guilherme dos Santos (1993) utiliza o conceito cidadania regulada. E para aprofundar mais a discussão sobre a construção de Direitos e Cidadania no Brasil levarei aos alunos o texto dos professores Luiz Belmiro Teixeira e Júlio Cesar Gonçalves da Silva (2022) sobre a história dos direitos no Brasil.

3. INSTRUMENTALIZAÇÃO

- Ações didático-pedagógicas: Nos primeiros 10 minutos vou organizar a turma, fazer a chamada e preencher o LRCO. Após faremos a leitura do texto da aula, já disponibilizado anteriormente via classroom. Os estudantes neste momento farão a exposição, seja oral ou com o material que eles prepararam, da pesquisa sobre o período eleitoral. Juntos iremos discutir e debater sobre o momento político em que vivemos e como este momento seria afetado se fosse num contexto de autoritarismo. O debate será intercalado com leituras do livro didático sobre Cidadania no Brasil (páginas 187 a 189) e de trechos do texto “Uma História dos Direitos” (páginas 28 e 29). Nos últimos 10 minutos os estudantes lerão um pequeno trecho do livro “Cidadania no Brasil: o Longo Caminho” de Jose Murilo de Carvalho para aprofundar a discussão acerca da cidadania, democracia e autoritarismo e serão

convidados a fazer um breve resumo no caderno das discussões em sala, a título de atividade da aula.

- Recursos: Livro Didático, texto, aula do LRCO via classroom

Material de apoio	
Tipo de material	Texto Livro Didático: SILVA, Afrânio et al. Sociologia em movimento. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2016. Páginas 187 a 189 Texto: Uma História dos Direitos SILVA, César Gonçalves. TEIXEIRA, Luiz Belmiro. Bolsonarismo e necropolítica. Curitiba: Kotter Editorial, 2022. Páginas 28 e 29 DE CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004. Páginas 215-217
Justificativa	Os textos trazem discussões de como se construiu a Cidadania e os Direitos Humanos no Brasil
Questões levantadas	Autoritarismo, poder, preconceito elitismo e pobreza no Brasil, direitos humanos e cidadania.

Assim, as lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos e abriram espaços de reivindicação para a criação dos direitos sociais, dos direitos das chamadas "minorias" – mulheres, idosos, negros, homossexuais, jovens, crianças, indígenas – e do direito à segurança planetária, simbolizado pelas lutas ecológicas e contra as armas nucleares. Já as lutas populares por participação política ampliaram os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura; direito de fiscalizar o Estado por meio de associações, sindicatos ou partidos políticos; direito à informação sobre as decisões governamentais.

A divisão entre direitos civis, políticos e sociais não deve nos levar a perder de vista uma característica intrínseca aos direitos humanos: sua indivisibilidade. Isso equivale a dizer que os direitos não podem ser exercidos de maneira parcial. Todas as pessoas devem gozar do conjunto total de direitos e de cada um na sua totalidade. De acordo com a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993, todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Portanto, devem ser tratados de modo global, justo e equitativo. Embora as características específicas de local, contexto e cultura precisem ser levadas em consideração, é dever do Estado promover e proteger todos os direitos humanos de maneira integral, independentemente de qual seja seu sistema político, econômico e cultural.

6 Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil

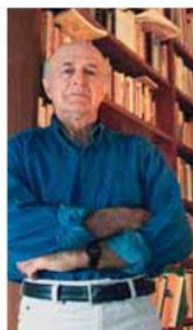
O sistema político brasileiro preenche, formalmente, os requisitos mínimos de uma poliarquia, ou seja, um sistema democrático em que o poder é atribuído com base em eleições livres e em que há ampla participação política e concorrência pelos cargos eletivos. Esse sistema implica disputa pelo poder, tolerância à diversidade de opiniões e oposição política.

No entanto, o que se percebe na sociedade é que essa estrutura formal não garante a democratização dos recursos socialmente produzidos, como bens, direitos e serviços básicos proporcionados pelo Estado. Assim, destaca-se que a questão democrática vai além do estabelecimento das regras formais que caracterizam esse tipo de regime. É necessário retomar o conteúdo social da democracia e ampliar os direitos de cidadania para reduzir a distância entre as esferas formal e real; afinal, a cidadania plena é condição indispensável para a concretização dos direitos humanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 8.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem escreveu sobre isso

MARCO ANTÔNIO REZENDE/FOLHAPRESS



José Murilo de Carvalho

José Murilo de Carvalho, cientista político e historiador brasileiro nascido em 1939, produziu trabalhos relevantes na tentativa de compreender a construção política e social brasileira, como *Cidadania no Brasil: o longo caminho* e *Os bestializados*. Além de atuar como professor em diversas universidades do mundo, é membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a construção do ideal de cidadania no Brasil foi estabelecida de cima para baixo.

Filme

Democracia em preto e branco



REPRODUÇÃO

Brasil, 2014.
Direção: Pedro Asbeg.
Duração: 87 min.

O documentário trata de um período da história brasileira em que o regime ditatorial instaurado em 1964 já demonstrava esgotamento. Ambientada em 1982, a obra mostra como a música, o futebol e a política se revelaram uma mistura genial na luta contra a opressão e a censura e pela volta da democracia.

GERSON GERL OFFPULSARI IMAGENS



No Brasil, a distância entre a democracia formal e a real é significativa. Nesse contexto, milhões de cidadãos têm seus direitos de cidadania desrespeitados. Na imagem, artesanato indígena numa calçada em Santa Maria (RS, 2010).

A estruturação dos direitos de cidadania no Brasil esteve constantemente vinculada aos interesses das elites socioeconômicas e políticas; poucas vezes foi resultado de um projeto com ampla participação popular e voltado para a inclusão social. Com base nessa constatação, o historiador mineiro José Murilo de Carvalho desenvolveu a teoria de que vivemos uma "estadania", pois muitos de nossos direitos seriam resultantes de uma "concessão" relativa do Estado, feita de cima para baixo a uma população muitas vezes desinteressada da "coisa pública". Dessa forma, os direitos costumam ser vistos como concessões ou benefícios oferecidos pelos grupos dominantes ao restante da população.

Ainda de acordo com o autor, a construção da cidadania no Brasil inverteu a ordem cronológica apontada por T. H. Marshall, uma vez que primeiro foram estabelecidos os direitos sociais e ampliados os direitos políticos, durante o período ditatorial do Estado Novo, para depois serem implementados os direitos civis, o que gerou a formação de uma pirâmide invertida dos direitos.

Já o cientista político carioca Wanderley Guilherme dos Santos utiliza o conceito "cidadania regulada para identificar a concessão dos direitos por parte do Estado como maneira de mediar possíveis conflitos entre classes. Nesse caso, o Estado controlaria os grupos sociais por meio de práticas regulatórias, que variam entre o aumento da participação (proporção de indivíduos que possuem acesso aos direitos) e a redução da liberalização (capacidade das instituições sociais de garantir a consolidação dos direitos). Aqui, o governo Vargas deve ser mencionado, uma vez que Santos cita, como políticas desse período, a criação das leis trabalhistas e o controle dos sindicatos. Como consequência, a classe trabalhadora conquistou direitos, mas perdeu poder de contestação.

No entanto, identificam-se na história do Brasil alguns momentos em que as mobilizações políticas ganharam destaque, em geral tendo como referência a luta por direitos sociais e liberdade. Com base em um conjunto de práticas repressivas, a ditadura militar, iniciada em 1964, impôs um retrocesso à construção da democracia e dos direitos humanos no país. E foi então que movimentos populares e sindicais do campo e da cidade passaram a exigir distribuição justa dos bens produzidos pelo trabalho e maior participação social nas decisões sobre os rumos adotados pelo país.

Além disso, foi pela resistência à ditadura e durante a redemocratização formal do Brasil que diversos grupos se fortaleceram para as lutas subsequentes em prol dos direitos humanos. Em meio ao processo de redemocratização, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que contou com destacada participação social em sua elaboração e incorporou diversas reivindicações populares, sobretudo no campo das liberdades civis e políticas.

A Constituição brasileira estabelece alguns mecanismos de participação política, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (artigo 14), para garantir, ao menos no âmbito formal, a democracia participativa. Outro exemplo é o orçamento participativo, modelo em que cidadãos, por meio de uma complexa ferramenta de gestão pública, participam da elaboração e da fiscalização do orçamento, principal instrumento de distribuição dos recursos públicos.

Outro momento de mobilização política de nossa história recente foram as Jornadas de Junho, que aconteceram em 2013, nas quais parte da população saiu às ruas para lutar pela efetivação de alguns direitos, como transporte público de qualidade e gratuito, e para questionar o funcionamento da democracia.

Livro

♦ EISENBERG, J.;
POGREBINSCHI, T.
*Onde está a
democracia?*

Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

Escrito por cientistas políticos, o livro apresenta elementos centrais para a compreensão da democracia e da estrutura política brasileira.

Ao longo de 500 anos o Brasil consolidou um sistema de distribuição diferenciada de direitos que serve mais como mecanismo para legitimar e perpetuar desigualdades do que para combatê-las, ... Em obra que aborda os impasses e desafios postos à consolidação da democracia brasileira, James Holston (2013) retoma o desenvolvimento histórico de uma formulação que define como “cidadania diferenciada”, fundada na diferenciação e não na equiparação dos cidadãos. Comparando nossa concepção de cidadania à francesa e à estadunidense, identifica que estas tinham como base um mesmo ideal de igualdade, que chama de “ideal radical de igualdade”. Isto é o que tornava o reconhecimento de um indivíduo como membro pleno do Estado-Nação uma medida que garantia a igualdade de tratamento, e que dava sentido aos seus processos históricos de distribuição de direitos. Nosso país por sua vez opera desde sempre uma cidadania diferenciada na qual a incorporação dos indivíduos ao Estado-Nação não implica na igualdade legal entre os cidadãos. Embora fosse incluída em sua concepção, a cidadania brasileira não era igualitária na prática, todos os residentes nascidos no país eram considerados cidadãos nacionais brasileiros, porém nem todos possuíam os mesmos direitos. À maioria da população eram negados os direitos, como por exemplo o direito ao voto, configurando o que José Murilo de Carvalho (1996) chamou de “cidadania em negativo”. Durante o período colonial e a primeira república praticamente não havia organização política do povo, que em sua maioria mantinha uma relação de distanciamento ou antagonismo com o governo, as poucas ações políticas populares eram via de regra reações aos desmandos das autoridades. Nossa noção de cidadania atribuía status diferenciado a categorias sociais específicas, tomando como medida para o reconhecimento de direitos a observância de diferenças sociais da ordem de gênero, raça, ocupação, propriedade, renda e educação, os critérios para distribuição seletiva entre cidadãos de diferentes tipos. “Nessa formulação, cidadania é uma medida de diferença e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras. O termo lembra as pessoas do que elas não são – embora, paradoxalmente, elas próprias sejam cidadãos – e define os cidadãos como outros. (HOLSTON, 2013 p.23). Com o fim da República Velha e o início da Era Vargas (1930-1945), a modernização capitalista se intensificou no país, e o Estado passou a intervir de forma decisiva para modificar a estrutura econômica do país, promovendo o desenvolvimento industrial. Esta intervenção também se fez sentir no campo dos direitos, com a cidadania sendo estabelecida a partir de regulação estatal, por meio do reconhecimento legal da ocupação do indivíduo, estabelecendo para Wanderley Guilherme dos Santos uma “cidadania regulada”: “... cujas raízes encontram-se, não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal (SANTOS, 1979, p. 75) ”. Os elementos que definiam a cidadania eram: a

sindicalização, cooptada pelo Estado; a carteira de trabalho, espécie de certidão de nascimento cívica do trabalhador; e a regulamentação das profissões, que segregou os trabalhadores regulamentados dos não regulamentados. Os direitos se constituíram como mera decorrência dos direitos das profissões, que só existiam via regulamentação estatal, estabelecendo uma relação em que o Estado definia quem eram os cidadãos, por meio de sua profissão. Desde então a justiça ficou submetida aos princípios integradores da “cidadania regulada”, e à maximização da eficiência do mercado, nenhum governo posterior tomou iniciativas firmes para alterar isso mesmo após o fim da Era Vargas. (Silva, César Gonçalves. Teixeira, Luiz Belmiro Bolsonarismo e necropolítica. Curitiba : Kotter Editorial, 2022. Páginas 28 e 29)

Do ponto de vista da garantia dos direitos civis, os cidadãos brasileiros podem ser divididos em classes. Há os de primeira classe, os privilegiados, os “doutores”, que estão acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social. Os “doutores” são invariavelmente brancos, ricos, bem vestidos, com formação universitária. São empresários, banqueiros, grandes proprietários rurais e urbanos, políticos, profissionais liberais, altos funcionários. Frequentemente, mantêm vínculos importantes nos negócios, no governo, no próprio Judiciário. Esses vínculos permitem que a lei só funcione em seu benefício. (...). Para eles, as leis ou não existem ou podem ser dobradas. Ao lado dessa elite privilegiada, existe uma grande massa de “cidadãos simples”, de segunda classe, que estão sujeitos aos rigores e benefícios da lei. São a classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais. Podem ser brancos, pardos ou negros, têm educação fundamental completa e o segundo grau, em parte ou todo. Essas pessoas nem sempre têm noção exata de seus direitos, e quando a têm carecem dos meios necessários para os fazer valer, como o acesso aos órgãos e autoridades competentes, e os recursos para custear demandas judiciais. Frequentemente, ficam à mercê da polícia e de outros agentes da lei que definem na prática que direitos serão ou não respeitados (...). Para eles, existem os códigos civil e penal, mas aplicados de maneira parcial e incerta. Finalmente, há os “elementos” do jargão policial, cidadãos de terceira classe. São a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelos, menores abandonados, mendigos. São quase invariavelmente pardos ou negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta. Esses “elementos” são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis. Receiam o contato com agentes da lei, pois a experiência lhes ensinou que ele quase sempre resulta em prejuízo próprio. Alguns optam abertamente pelo desafio à lei e pela criminalidade. (...). Para eles vale apenas o Código Penal. (DE CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o Longo Caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004. Pagina 215-217)